

Caderno de Apoio

**Unidade Curricular – 41063**

**Sociologia e Sociedade**



Licenciatura em Ciências Sociais  
Departamento de Ciências Sociais e Políticas  
Universidade Aberta

Ano lectivo 2009/ 2010

Olga Magano

## Índice

### Apresentação

1. Sinopse e objectivos	
2. Competências a desenvolver	
3. Objectivo geral e programa da unidade curricular	
5. Bibliografia	
5.1 Bibliografia obrigatória	9
5.2 Bibliografia complementar	
6. Guia de estudo	10
1. Conhecimento sociológico e acção social	
Actividade Formativa 1	
2. O conhecimento sociológico e a agenda política	
Actividade Formativa 2	
3. Igualdade e desigualdade: as dimensões educativas e culturais	15
Actividade Formativa 3	16
4. Acesso e sucesso: factos e debates na democratização da educação em Portugal	16
Actividade Formativa 4	17
5. Sociedade civil, democracia local e desenvolvimento	
18	
Actividade Formativa 5	19
6. A mudança social em Portugal vista pela sociedade portuguesa	20
Actividade Formativa 6	22
7. Recomendações para a avaliação final	22
8. Contactos	23

## Apresentação

O Caderno de Apoio destina-se a servir de suporte ao estudo da unidade curricular *Sociologia e Sociedade*, da licenciatura de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais e Gestão, da Universidade Aberta, no ano lectivo de 2009-2010.

A base de trabalho é o livro adoptado com carácter obrigatório:

Silva, Augusto Santos (2006). *A sociologia e o debate público: Estudos sobre a relação entre o conhecer e o agir*. Porto: Edições Afrontamento. Biblioteca das Ciências Sociais. 148 p.

Para um estudo integrado, disponibiliza-se alguma informação de carácter geral: os conteúdos, os objectivos de aprendizagem e o programa. Apresentam-se também propostas bibliográficas para aprofundar os temas e actividades formativas tendo em vista a preparação para o exame final de avaliação.

Os conteúdos são apresentados sob a forma de guia de estudo em que para cada ponto do programa são indicados os respectivos materiais de estudo. O livro adoptado e o Caderno de Apoio são as bases principais de trabalho<sup>1</sup>. No entanto, espera-se dos/das alunos/alunas uma postura de curiosidade e o despertar para o gosto pelo saber sociológico que sirva de motivação para ampliar, aprofundar e sedimentar os seus conhecimentos pelo que se aconselha a leitura da bibliografia complementar recomendada. Essas leituras ajudam a perceber e contextualizar as grandes questões sociológicas tratadas no programa. Ciente de que nem todos/todas terão igual acesso a bibliotecas ou livrarias, os textos considerados essenciais para este tipo de trabalho são inseridos neste Caderno<sup>2</sup>. Sempre que possível indica-se links para outra bibliografia que deve ser consultada.

---

<sup>1</sup> O capítulo 1 do manual adoptado não é considerado para avaliação.

<sup>2</sup> Os textos inseridos neste caderno de apoio destinam-se ao trabalho académico inerente. Não deve ser usado para outro fim. Chama-se a atenção para alguns textos estarem rasurados por serem materiais de trabalho da docente.

A unidade curricular *Sociologia e Sociedade* é oferecida no 3º ano da licenciatura em ciências sociais, no *minor* de sociologia. Por esta altura, pressupõe-se que o (a) estudante tenha adquirido conhecimentos académicos e sociológicos que permitam fazer reflexões sociológicas mais profundas, promovendo a perspectiva crítica e reflexiva. Chegados/as a esta etapa do seu percurso académico terão adquirido conceitos sociológicos fundamentais que sabe mobilizar e articular facilmente. Pressupõe-se também que terá acumulado um conjunto de materiais de aprendizagem que pode usar para esta disciplina.

Para cada ponto do programa são indicados os conceitos subjacentes para cada tema em análise. Se necessário, recorra a materiais de que dispõe ou a dicionários de ciências sociais para relembrar alguns dos conceitos / temas.

Ao longo do semestre o(a) estudante deve ir verificando a aprendizagem dos conteúdos programáticos<sup>3</sup>. Para isso, aconselha-se a realização das actividades formativas propostas. A sua resolução ajuda a adquirir competências de trabalho, reflexão e de análise. Embora não sendo alvo de avaliação, as actividades formativas constituem uma boa preparação para o exame final. As respostas encontram-se no manual ou nos textos indicados para as actividades propostas.

## 1. Sinopse

A unidade curricular disponibiliza conteúdos programáticos que permite articular o conhecimento produzido pela sociologia e a aplicação em termos de estudo, análise e intervenção na realidade social de modo a compreender as mudanças sociais nas sociedades modernas. Nesse sentido, é realizada uma contextualização da sociologia enquanto disciplina que permite uma acção social enformada pelo conhecimento teórico-prático. De seguida, apresenta-se os contributos da sociologia para a sociedade, a relação entre as ciências sociais e o espaço público e as possibilidades de influenciar as agendas políticas, nomeadamente no que se refere às desigualdades sociais, em contextos sociais democráticos e a sua relação com o desenvolvimento local num quadro da mudança social em Portugal.

---

<sup>3</sup> Faça um estudo programado. Não estude apenas nas vésperas dos exames. Procure ser um/a estudante activo que pesquisa e se interessa por novos conhecimentos.

## Objectivo geral

Disponibilizar conteúdos sobre a contextualização da sociologia como disciplina social que potencia a capacidade de reflexão sobre a sociedade contemporânea e as suas múltiplas dimensões, no sentido de preparar o(a) estudante com conhecimentos que permitam desenvolver reflexões entre o conhecimento sociológico e a intervenção social e, a partir dessa competência, perspectivar a análise de continuidades e descontinuidades sociais.

## 2. Competências

Espera-se que no fim desta unidade curricular o(a) estudante fique preparado para:

- Identificar e compreender as expressões e características dinâmicas nas sociedades modernas, sobretudo na portuguesa e como se repercutem nas transformações sociais.
- Reflectir criticamente sobre os desafios colocados às sociedades modernas no que se refere às desigualdades sociais que persistem.
- Articular a produção de conhecimento sociológico e o agir, distinguindo os campos de investigação e intervenção sociológica.
- Identificar o contributo da sociologia portuguesa para o conhecimento da sociedade portuguesa.

## 4. Programa

### 1 – Contributo da Sociologia para a Sociedade

1.1 Questionamento de evidências e problematização do real

1.2 Condições de desenvolvimento dos contributos. Abertura às outras ciências Sociais.

1.3 Articulação entre conhecimento sociológico e intervenção pública

1.4 Paradoxo na sociologia portuguesa

## 2. As ciências sociais e o espaço público

- 2.1 Relação entre a democracia e as ciências sociais
- 2.2 Influências das ciências sociais no espaço público
- 2.2 Relação entre cientistas sociais e o campo político mediático

## 3. As desigualdades sociais

- 3.1 O sistema educativo como reprodutor e legitimador das desigualdades sociais
- 3.2 Temas para uma agenda educativa no sentido de redução de desigualdades
- 3.3 Tópicos para uma agenda cultural

## 4. A democratização educativa em Portugal

- 4.1 Competências e saberes
- 4.2 O sucesso educativo
- 4.3 Contributos da sociologia

## 5. Sociedade civil, democracia local e desenvolvimento

- 5.1 Dinâmicas socio-políticas do desenvolvimento local
- 5.1 Actores intervenientes no local

## 6. A mudança social em Portugal

- 6.1 Perspectivas sociológicas sobre a evolução social em Portugal
- 6.2 Adequabilidade da investigação sociológica aos desafios da sociedade portuguesa

## 5. Bibliografia

### 5.1 Bibliografia obrigatória

Silva, Augusto Santos (2006). *Sociologia e o Debate Público: Estudos sobre a relação entre o conhecer e agir*. Porto: Edições Afrontamento, 148p.

Magano, Olga (2009). Caderno de Apoio à unidade curricular Sociologia e Sociedade. Universidade Aberta. (Disponível em PDF no “Apoio à Aprendizagem”)

## 5.2 Bibliografia Complementar

- Almeida, Miguel Vale (2000). *Um mar cor da terra: raça, cultura e política de identidade*, Oeiras: Celta
- Cabral, Manuel Vilaverde (1997). *Cidadania política e equidade social*. Oeiras: Celta
- Costa, António Firmino (1999). *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta
- Estanque, Elísio e José Manuel Mendes (1998). *Classes e desigualdade social em Portugal: um estudo comparativo*. Porto: Edições Afrontamento
- Giddens, Anthony (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta
- Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), «Processos de uma modernidade inacabada. Mudança estrutural e mobilidade social». In Viegas e Costa, 1998: 17-44
- Santos, Boaventura Sousa (dir.) (2001-2002). *A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização*. Porto. Edições Afrontamento (8 vols.)
- Viegas, José Manuel e António Firmino da Costa (orgs.) (1998). *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta

## 6. Guia de estudo

A metodologia adoptada consiste em disponibilizar para cada ponto do programa os objectivos de aprendizagem orientadores do estudo e os conceitos sociológicos fundamentais prévios a considerar<sup>4</sup>. De modo a aprofundar e sedimentar conhecimentos, no fim de cada ponto do programa, sugere-se a realização de uma actividade formativa.

Para cada actividade formativa foram seleccionados trabalhos sociológicos que se enquadram na lógica do programa, desenvolvidos por alguns dos principais nomes da sociologia portuguesa contemporânea.

---

<sup>4</sup> Atenção: alguns destes conceitos são considerados como previamente adquiridos pelo que não são directamente desenvolvidos nesta unidade curricular.

*Orientação de estudo de acordo com o programa*

1. Conhecimento sociológico e acção social

Materiais de estudo:

- Capítulo 2 do livro adoptado, pp.31 a 44)
- Texto 1 - António Firmino da Costa(1992) retirado do livro Sociologia. Lisboa. Editorial Presença pp. 111-118
- Texto 2 – António Firmino da Costa ( 2007) “Os desafios da teoria da prática à construção da sociologia” in Pinto, José Madureira& Pereira, Virgílio Borges (Orgs.) Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal. Porto. Edições Afrontamento. Pp. 15-26

O ponto 1 do programa centra-se no contributo específico da sociologia para a sociedade que se traduz numa cultura científica capaz de identificar, enunciar, analisar e resolver problemas, um conjunto estruturado de saberes e competências profissionais, fórmula de acção, definição de objectivos e realização de escolhas e também um potencial crítico de questionador de evidências e problematizar o real.

Conceitos prévios:

Sociologia, acção social. Campo disciplinar, reflexividade, sociedade moderna e conhecimento sociológico

Objectivos de aprendizagem:

- Perceber a importância das ciências sociais para a sociedade, da sociologia em particular.
- Identificar de que modo o conhecimento sociológico influencia a sociedade.
- Articular os principais contributos dos sociólogos para a sociedade portuguesa.
- Identificar as condições que favorecem os contributos da sociologia associados à acção social.

Silva (2006) defende o primado da investigação para a abertura às outras ciências sociais, o pluralismo teórico, a consciência dos limites do saber disciplinar, a investigação empírica e a crítica epistemológica. Para este autor deve existir uma

articulação entre conhecimento sociológico e intervenção pública. Da apreciação deste conjunto de problemas, Silva salienta um paradoxo na sociologia portuguesa entre, por um lado, os benefícios da pluralidade paradigmática e da prática de investigação empírica e o seu reduzido aproveitamento pela prática social e, por outro, a oscilação entre a vinculação da investigação à análise de práticas propiciadoras de mudança e emancipação, por oposição ao conformismo e convencionalismo quando uma investigação, por encomenda institucional, desagua na abordagem sobre a articulação entre conhecimento sociológico e intervenção pública.

No mesmo sentido, reflecte também António Firmino da Cós, cujo extracto de livro que aqui se apresenta e que o aluno deve ler de seguida. Neste texto o actor explicita a relação entre a sociologia e a sociedade, chamando a atenção para o pluralismo sociológico sendo necessário ter constantemente em atenção as transformações do objecto da sociologia que é a realidade social.

Costa salienta também a relação existente entre a ciência sociologia e a profissão de sociólogo. No caso da sociedade portuguesa, os sociólogos assumem um conjunto de papéis profissionais, em várias áreas.<sup>5</sup> Os trabalhos sociológicos podem ter um carácter mais científico, outros mais de pesquisa científica com intenção de satisfazer determinado tipo de solicitações como é o caso da realização de diagnósticos, de avaliações ou de impactes sociais, etc.

Normalmente, os resultados dos estudos sociológicos são reintegrados no tecido social, influenciando acções dos indivíduos e das organizações, tornando-se deste modo elementos de transformação e mudança social.

---

<sup>5</sup> Consulte o site da Associação Portuguesa de Sociologia [www.aps.pt](http://www.aps.pt) onde pode consultar as comunicações apresentadas nos congressos permitindo ter uma ideia abrangente dos trabalhos sociológicos que têm vindo a ser desenvolvidos em Portugal.

## CAPÍTULO 5

### Sociologia e Sociedade

Como o leitor estará lembrado, começámos por uma pergunta: o que é a sociologia? Procurou-se responder-lhe mostrando, principalmente através de exemplos ilustrativos, o que fazem os sociólogos. Percorremos um conjunto de estudos sociológicos sobre diversos aspectos do relacionamento social. Se nos interrogarmos sobre as relações entre sociologia e sociedade, a que surge como mais óbvia é aquela de que basicamente temos vindo a falar: a sociedade é objecto de investigação científica por parte da sociologia. Mas, na actividade dos sociólogos, está envolvido um conjunto de relações entre a sociologia e a sociedade mais vasto e mais complexo. É o que veremos, muito brevemente, neste capítulo final.

#### Formação da sociologia e pluralismo sociológico

A constatação essencial é que a sociologia, não só *estuda* a sociedade, mas também *faz parte* da sociedade.

Os sociólogos são pessoas, vivem em sociedade, desenvolvem actividades que são práticas sociais. Em sentido geral, estas práticas são como quaisquer outras práticas sociais, isto é, estão sujeitas a condições sociais,

ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA

desenvolvem-se segundo lógicas sociais, produzem efeitos sociais. Em sentido mais específico, a sociologia é um domínio do saber institucionalizado, pertencente ao conjunto das ciências sociais contemporaneamente reconhecidas como especialidades disciplinares. Aprende-se em cursos universitários, proporciona diplomas, constitui a actividade profissional de uma série de pessoas.

Se quisermos pôr a questão em termos muito gerais, a sociologia é um dos produtos das transformações sociais ocorridas nas sociedades ocidentais nos últimos séculos. Os processos de industrialização, a formação dos estados nacionais modernos, o desenvolvimento das ciências — estes e outros aspectos da constituição da modernidade estabeleceram o contexto social dinâmico, de profundas mutações no relacionamento social, na cultura e nas instituições, em que emergiu a sociologia.

As primeiras obras fundadoras da análise sociológica surgiram entre o segundo e o terceiro quartéis do século XIX. É sempre possível encontrar raízes intelectuais em elaborações anteriores do pensamento social. Mas, em regra, consideram-se como primeiros contributos precursores da sociologia, tal como ela veio a estruturar-se, os do francês Auguste Comte (1798-1857), do alemão Karl Marx (1818-1883) e do inglês Herbert Spencer (1820-1903). Embora sob perspectivas diversas, todos eles procuraram construir análises científicas das sociedades a que pertenciam, e que se estavam a reconfigurar sob os seus olhos. Eles próprios, com as suas obras, acabaram por influir, de maneira mais ou menos significativa, nos processos sociais que foram dando forma às sociedades contemporâneas. As relações entre a sociologia e a sociedade não são de um sentido só. O trabalho dos sociólogos também se repercute na sociedade, de diversas maneiras.

A institucionalização da sociologia ocorre por volta da viragem do século XIX para o século XX. Alguns dos principais protagonistas desta fase foram referidos em capítulos anteriores. Por essa altura, não só a sociologia se consolidava enquanto conhecimento científico e disci-

SOCIOLOGIA

plina universitária, como se alargava o leque dos temas abordados e das perspectivas de análise. Desenvolveram-se, em coexistência mais entrecruzada ou mais demarcada, diversas correntes teóricas: as positivistas e evolucionistas, no seguimento das abordagens de Comte e Spencer; as marxistas, de vários matizes; as funcionalistas, inspiradas em aspectos da obra de Durkheim; as sociologias formalistas, com Simmel, e compreensivas, com Weber; as interaccionistas, com Mead e outros norte-americanos seus contemporâneos.

Por volta da Segunda Guerra Mundial, toma peso crescente, sobretudo nos Estados Unidos, a sociologia estrutural-funcionalista, cujos vultos principais são os igualmente já referidos Parsons e Merton. Desenvolve-se também a sociologia fenomenológica, com as propostas de Schutz. Prolongam-se perspectivas teóricas anteriores. Toma grande incremento a pesquisa de terreno, em versões diferentes. Os interaccionistas, por exemplo, concentram-se nos estudos de grupos sociais e comunidades locais. Os estrutural-funcionalistas, por seu turno, desenvolvem as técnicas de questionário, em estudos extensivos.

A partir da década de 60, o paradigma estrutural-funcionalista começa a perder hegemonia — que, aliás, nunca tinha sido total nos Estados Unidos, e muito menos na Europa. Surgem as teorizações estruturalistas e estruturo-marxistas, renovam-se as abordagens weberianas, começam a aparecer os modelos sistémicos de tipo neofuncionalista e as abordagens inspiradas nas teorias dos jogos e da escolha racional, recrudescem de importância as sociologias interaccionistas, fenomenológicas e hermenêuticas. O confronto entre maneiras de conceber a sociologia é frequentemente extremado, tornando-se por vezes dogmático e bastante estéril. Contudo, a sobreposição efectiva de conceitos, a acumulação de conhecimentos substantivos e o enriquecimento recíproco de perspectivas são maiores do que as variações terminológicas e a veia polémica tendiam então a admitir.

Nas décadas de 80 e 90, a diversidade de correntes teóricas não desaparece, mas verifica-se que vários dos

ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA

mais importantes sociólogos actuais procuram ultrapassar estreitezas de escola, integrando componentes de várias tradições teóricas em novas sínteses re trabalhadas, mais poderosas dos pontos de vista da teoria e da investigação empírica. É o caso de sociólogos de que o leitor já ouviu falar neste livro: Pierre Bourdieu, Jurgen Habermas, Anthony Giddens, entre outros. Cada um procura estas novas vias da maturidade sociológica à sua maneira. A sociologia continua a conter uma grande diversidade de perspectivas teóricas, estratégias metodológicas, objectos de pesquisa, níveis de análise. Mas a cumulatividade é já também bastante grande, no plano conceptual e no plano do conhecimento substantivo sobre as sociedades. O leitor ter-se-á apercebido disso na leitura deste livro.

Ao longo da sua história, a sociologia foi sendo moldada e influenciada pela sociedade de que faz parte. Desde logo, porque o seu objecto de análise foi mudando. E, com estas mudanças na sociedade, foram-se igualmente alterando os instrumentos e os resultados cognitivos do seu exame científico. De forma mais geral, as condições sociais envolventes foram imprimindo na sociologia as suas marcas, como em qualquer outro domínio específico de actividade social. Mas esta influência não é linear. Como vimos atrás, um dos processos sociais mais importantes das sociedades contemporâneas é a diferenciação de campos específicos de relações sociais, dotados de dinâmicas parcialmente autónomas. Todos os domínios diferenciados de relações sociais são em parte dotados de lógicas próprias, ao mesmo tempo que mantêm múltiplos nexos com outras esferas do social. É o que se passa com o campo científico, de um modo geral, e com a sociologia, em particular.

### Sociologia: ciência e profissão

A actividade profissional dos sociólogos tem sempre uma base científica, na medida em que é desempenhada

SOCIOLOGIA

por pessoas que possuem formação científica em sociologia e que utilizam, na sua actividade, as perspectivas e os instrumentos de abordagem da realidade social por ela proporcionados. No entanto, nem todos os sociólogos são profissionais da investigação científica.

Os sociólogos portugueses que desenvolvem actividade profissional enquanto professores e investigadores nas escolas universitárias são, de momento, o núcleo mais numeroso. Mas o conjunto dos papéis profissionais desempenhado pelos sociólogos é já bastante mais alargado. Trabalham como técnicos e peritos, quadros dirigentes e consultores, formadores e animadores. Têm inserções organizacionais variadas: em empresas industriais e de serviços, em ministérios e autarquias, em associações de diversos tipos, em gabinetes de estudos e órgãos de comunicação social, em serviços públicos ligados à educação, à cultura, à saúde, à segurança social, ao desenvolvimento regional, entre outros.

O número de sociólogos existente no país ainda é bastante reduzido. À medida que for crescendo, é normal que, tal como noutras áreas, vá aumentando a proporção dos que exercem actividade profissional em contextos que não se circunscrevem às universidades. No entanto, muitas das potencialidades da sociologia jogam-se na capacidade de manter ligações estreitas, frutuosas nos dois sentidos, entre os sectores profissionais universitário e não universitário. Alguns dos problemas mais desafiantes para a sociologia são problemas acerca dos processos de mudança social, sobre os quais os sociólogos se debruçam enquanto investigadores, mas nos quais estão também cada vez mais implicados no desempenho de outros papéis profissionais. Uma das linhas de orientação da Associação Portuguesa de Sociologia, principal organização científico-profissional dos sociólogos no nosso país, tem sido, precisamente, estabelecer essas pontes. A elaboração de um código deontológico para o exercício da actividade profissional de sociólogo, em 1992, é um dos corolários da configuração mais alar-

ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA

gada que o campo sociológico tem vindo a assumir nos últimos anos em Portugal<sup>1</sup>.

As relações da sociologia com a sociedade são, assim, tanto relações sociais de observação e análise, como relações sociais de participação e intervenção. São-no em diversas modalidades e segundo ponderações variadas.

Os trabalhos produzidos pelos sociólogos podem ter como objectivo fundamental a produção de conhecimentos científicos, como grande parte dos referidos nos capítulos anteriores. Mas nem por isso deixarão de se debruçar sobre problemas que preocupam outros actores sociais, embora reformulando-os de modo a poderem ser sujeitos à investigação sociológica. É o que os sociólogos chamam a transformação dos problemas sociais (vividos na sociedade) em problemas sociológicos (problemas de conhecimento acerca da sociedade).

Outros trabalhos podem ter uma componente fundamental de pesquisa científica, mas enfrentarem simultaneamente pedidos sociais específicos. Diagnósticos de situações, avaliações de impactes sociais, análises prospectivas — são algumas das formas que podem tomar esses trabalhos. São exemplos análises recentes sobre os tipos de pobreza existentes no país e respectivos factores sociais<sup>2</sup>, ou sobre as condições de vida e as perspectivas da comunidade cabo-verdiana em Portugal<sup>3</sup>, ou ainda sobre os valores dos portugueses e as possíveis tendências de futuro que a este respeito se prefiguram<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> *Código Deontológico*, Associação Portuguesa de Sociologia (sede: ICS, Edifício ISCTE, Av. Forças Armadas, 1600 Lisboa).

<sup>2</sup> João Ferreira de Almeida, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Isabel Nicolau, Elizabeth Reis, *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1992.

<sup>3</sup> Luís de França, Ana Saint-Maurice, Isabel Guerra, Jeremias de Carvalho, João Lopes, Rogério Roque Amaro, *A Comunidade Cabo-Verdiana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1992.

<sup>4</sup> João Ferreira de Almeida, *Valores e Representações Sociais* (col. «Portugal — os Próximos 20 Anos»), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

SOCIOLOGIA

Desenvolvem-se também trabalhos em que a pesquisa científica está fortemente ligada a processos de intervenção, por exemplo através das metodologias da investigação-acção ou da intervenção sociológica. No primeiro caso, pode mencionar-se, entre outros, um projecto sobre vias para ultrapassar os obstáculos ao sucesso escolar de crianças de meios populares<sup>5</sup>. No segundo, um projecto sobre as dinâmicas do movimento sindical e suas relações com os processos de modernização e desenvolvimento<sup>6</sup>. Têm também sido elaboradas propostas de estratégias globais para o desenvolvimento, profundamente apoiadas na análise sociológica<sup>7</sup>.

Para além destes, outros tipos de trabalhos dizem respeito a análises e intervenções nos diversos contextos profissionais já referidos: empresas, autarquias, serviços públicos, ministérios, associações e outros. Nestes casos, e em boa parte dos anteriores, os sociólogos desenvolvem frequentemente a sua actividade com profissionais de outras especialidades, em equipas pluridisciplinares.

### Sociologia e reflexividade social

A sociologia é praticada de forma sistemática por sociólogos profissionais — na investigação científica, no ensino e, como vimos, em vários outros papéis profissionais. Mas interessa a muitas outras pessoas. As análises da sociologia sobre os fenómenos sociais vão-se difundindo socialmente — embora de maneiras desiguais, por

<sup>5</sup> Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Manuela Castro Neves, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (ed. orig. 1987).

<sup>6</sup> Marinús Pires de Lima, José Grosso de Oliveira, Luísa Oliveira, Maria da Conceição Cerdeira, Maria Teresa Seródio Rosa, Paulo Marques Alves, *A Acção Sindical e o Desenvolvimento. Uma Intervenção Sociológica em Setúbal*, Lisboa, Edições Salamandra, 1992.

<sup>7</sup> Augusto Santos Silva, «Produto Nacional Vivo: Uma Cultura para o Desenvolvimento», AAVV, *Atitudes, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, Sedes, 1988.

ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA

vezes simplistas ou mesmo equivocadas. Nas sociedades contemporâneas, os resultados do trabalho sociológico tendem a reintegrar o tecido social, influenciando nas acções de indivíduos e organizações, tornando-se elementos constitutivos dos processos de reprodução e transformação social.

Um dos traços específicos das sociedades contemporâneas é o facto de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformuladas à luz de conhecimentos que se vão produzindo acerca delas. A sociologia está assim profundamente implicada, enquanto meio de *reflexividade social*, na constituição das sociedades da modernidade avançada<sup>8</sup>.

Ao praticante da sociologia depara-se um universo vastíssimo e surpreendente a explorar, uma diversidade inesgotável de formas e processos a registar e a procurar entender, num esforço de decifração das suas dinâmicas, dos seus padrões constitutivos, das suas implicações plurifacetadas e frequentemente inesperadas.

Apesar da acumulação de instrumentos e conhecimentos sociológicos já conseguida, este é um empreendimento permanentemente inacabado. Em primeiro lugar porque, como todo o conhecimento científico, está sempre intrinsecamente sujeito a exame crítico, ao confronto de novas observações e interpretações, a aprofundamento e reformulação. Depois, porque a sociedade está sempre em mutação, sujeita a acções contingentes dos protagonistas sociais e a resultados inesperados dos processos colectivos. Por último, porque a própria sociologia, ao repercutir-se nas práticas sociais, está continuamente a contribuir para alterar as sociedades que analisa. Também o leitor é parte integrante destes processos em que se interligam, numa ciclicidade dinâmica, produção e interpretação da sociedade.

<sup>8</sup> Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (ed. orig. 1990).

De seguida, apresenta-se o texto 2, de António Firmino da Costa. A propósito dos contributos da teoria de Pierre Bourdieu<sup>6</sup>, Costa apresenta uma reflexão sobre essa influência no desenvolvimento do seu trabalho empírico. Se, por um lado, em sociologia a teoria orienta a investigação sociológica, por outro, a pesquisa de terreno também influencia o desenvolvimento teórico levando a revisões das teorias, actualizando-as de modo a se ajustarem a novas situações sociais. Desta forma, a dialéctica entre a teoria e a prática é permanente.

Propõe-se a leitura deste texto por se tratar de uma análise concreta sobre a relação entre a teoria e a prática, no caso, numa investigação levada a cabo na cidade de Lisboa, sobre as identidades urbanas.

---

<sup>6</sup> Trata-se de um dos maiores sociólogos da sociologia contemporânea. Sugere-se uma pesquisa sobre o autor.

Texto 2 – António Firmino da Costa (2007) “Os desafios da teoria da prática à construção da sociologia” in Pinto, José Madureira & Pereira, Virgílio Borges (Orgs.) *Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*. Porto. Edições Afrontamento. Pp. 15-26

CAPÍTULO

António Firmino da Costa\*

## Os desafios da teoria da prática à construção da sociologia

### 1. TEORIA E INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA: UMA ARTICULAÇÃO FORTE

Pierre Bourdieu permanece como uma das referências centrais da sociologia, a diversos títulos. Um deles, porventura dos mais decisivos, tem a ver com o facto de ter praticado e preconizado, com insistência, *uma sociologia interligando, de maneira íntima (aprofundada e sistemática), teorização e investigação empírica*.

Para sucessivas gerações de sociólogos, nomeadamente em Portugal, essa tem sido uma orientação-chave. Com base nela tem sido possível chegar a múltiplos resultados relevantes, no âmbito da sociologia e das ciências sociais em geral. Basta lembrar muitos dos trabalhos de investigação que têm vindo a ser produzidos pelo grupo de sociólogos da Universidade do Porto de que fazem parte os organizadores deste congresso.

Mas, além disso, a referida orientação tem permitido igualmente suscitar alguns problemas controversos. Digo «permitido» porque creio que se trata de um contributo científico muito valioso, e não algo de negativo.

Com efeito, nada há de mais produtivo para o desenvolvimento do conhecimento científico do que teorias, pesquisas e análises que suscitam a colocação de novos problemas cognitivos, em regime de elevado grau de elaboração. Isto é, novos problemas que, resultantes de se ter levado aos limites o conhecimento prévio ou a exploração de hipóteses conceptuais e interpretativas cientificamente amadurecidas, abrem a possibilidade de novos avanços cognitivos.

Trata-se apenas de uma possibilidade, claro. Mas é uma possibilidade que ganha probabilidade de se efectivar na medida em que esses problemas ocorram ou sejam enfrentados analiticamente no quadro de investigação empírica cuidadosa e criativa. Melhoram assim, em geral, as condições susceptíveis de proporcionar respostas inovadoras a esses

(\*) Departamento de Sociologia do ISCTE. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE).

problemas ou, em todo o caso, de fazer emergir desse processo novos conhecimentos e novas vias de análise.

Assumindo, então, que os *problemas controversos* sejam mais estimulantes do que os *adquiridos consensualizados*, para mais num contexto de debate científico como este (aliás, na esfera científica, os adquiridos são-no frequentemente apenas de maneira parcial, e sempre provisória), e que a colocação prioritária destes problemas esteja, afinal, em sintonia com outro traço forte do autor em referência, o da sua propensão problematizadora e polémica, proponho-me levantar algumas interpeleções à teoria da prática proposta por Bourdieu, interpeleções essas emergentes da minha própria experiência de investigação.

No caso, em concreto, estas reflexões decorrem da realização de pesquisa de terreno em contexto social urbano, através de presença prolongada nos locais e de contacto directo com as pessoas e as situações (Costa, 1986 e 1999).

7.9.0 | Estarão sob exame conceitos, hipóteses teóricas ou princípios analíticos centrais na obra de Pierre Bourdieu, como os da unicidade do habitus, da transponibilidade das disposições, das homologias estruturais, da irrelevância das interações, da legitimidade cultural, da não-consciência das práticas. Recorro a estas formulações para ser breve e porque creio que os leitores de Pierre Bourdieu facilmente reconhecerão o que querem dizer. Mas importa advertir que as próprias formulações, enquanto tais, comportam já uma boa dose de controvérsia.

Seja como for, o fio condutor do que gostaria de debater brevemente é que esses tópicos ou referenciais teóricos, fornecendo instrumentos analíticos muito poderosos e, em variados casos, cognitivamente muito produtivos, não deixam, perante a pesquisa de terreno, de levantar questões ou suscitar reformulações, sugerir especificações ou apelar a novas complementaridades conceptuais e analíticas.

Procurarei fazê-lo, se bem que de maneira muito breve, num percurso que, como disse, retoma a perspectiva, defendida e praticada por Pierre Bourdieu, de articulação forte entre teorização e investigação empírica.

## 2. DO MODO ESCOLÁSTICO AO MODO CIENTÍFICO: REFLEXÃO COM INVESTIGAÇÃO

Importa talvez, antes de prosseguir, sublinhar ainda uma vez este aspecto: o que se procura apresentar aqui é uma reflexão feita a partir de uma prática de investigação sociológica. É claro que pode haver reflexão e análise de carácter estritamente teórico, sem diálogo específico de teorias e conceitos com os processos e os produtos de investigação empírica. Mas isso tem limites.

A certo ponto, é necessário regressar ao confronto com a investigação empírica, quer dizer, com os seus resultados e com os seus processos. Note-se: com os seus resultados, sem dúvida, os quais reatam cognitivamente com os objectos de estudo e fornecem base informativa para seleccionar entre opções em aberto no plano teórico. Mas não só.

Também, e integradamente, com os seus *processos*, na medida em que o significado da informação recolhida só pode ser aprofundadamente interpretado em conjugação com a ponderação reflexiva das operações cognitivas e das relações sociais implicadas e accionadas no processo de pesquisa.

Este é, aliás, um tópico muito importante em Bourdieu, e que tem também registado desenvolvimentos próprios entre nós. Destacam-se, em particular, as considerações elaboradas por José Madureira Pinto (1994) acerca da importância das *relações sociais de observação*. Neste sentido procurei também, no trabalho de investigação que serve aqui de base a estas considerações, desenvolver uma estratégia intensiva de *reflexividade sociológica focada no objecto de estudo*. É um procedimento dirigido não só à regulação fina das práticas de pesquisa, mas também a uma interpretação adicional, por assim dizer «em segundo grau», desse objecto. Visa-se, deste modo, evidenciar e decifrar aspectos subtis das relações sociais e configurações culturais em análise, através precisamente da interpretação sociológica dos próprios episódios da pesquisa no terreno (Costa, 1999).

Pierre Bourdieu, aliás, distancia-se permanentemente do que chama «a razão escolástica», fazendo-o com particular veemência em algumas das suas últimas obras. Disso são talvez exemplo máximo as suas *Méditations pascaliennes* (1997), nas quais enfatiza a crítica ao «excesso de confiança nos poderes do discurso» que caracteriza essa razão escolástica (Bourdieu, 1997: 10).

Ora, no meio dos inúmeros comentários, balanços e debates, das apologias e críticas de que tem sido alvo o trabalho de Bourdieu, em especial nestes últimos anos, uma parte significativa tem sido feita, precisamente, nesse «modo escolástico».

Em alguns casos as apologias e, sobretudo, as críticas são feitas de maneira simplesmente assertiva... Como se a opinião dos respectivos autores valesse por si mesma, sem mais argumentação – ou seja, como argumento de autoridade, uma das figuras por excelência da razão escolástica. Não valerá a pena determo-nos nestas versões.

Mas mesmo nos casos mais interessantes, desenvolvidos de maneira informada e elaboradamente argumentativa, é em grande medida o modo escolástico que é utilizado. Um exemplo destacado é o de Jeffrey C. Alexander, em *Fin de siècle Social Theory: Relativism, Reduction, and the Problem of Reason* (1995), em que o conhecido sociólogo norte-americano critica a Bourdieu uma suposta redução da cultura à estrutura e da acção ao interesse.

Procurou aqui não ir por esse caminho, mas antes pelo da permanente sujeição das considerações teóricas, e dos conceitos, ao embate do empírico, ao questionamento suscitado pela observação, numa palavra, à aferição pelo processo de investigação. E muito em especial, neste caso, à aferição de conceitos e teorias por aquela modalidade de investigação no domínio das ciências sociais a que, por vezes, Bourdieu atribuía um certo «primado epistemológico»: a pesquisa por observação directa, de carácter etnográfico, ou pesquisa de terreno (por exemplo, em Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1983 [1968]: 61-71).

Note-se, porém, que o fundamental para Bourdieu foi sempre a articulação entre teoria e pesquisa empírica, servida por um pluralismo metodológico criteriosamente accionado. O que traduzia de diversos modos, entre os quais através da sua simpatia, reafirmada

com frequência, pelos «trabalhadores da prova» (seguindo a expressão de Bachelard), como refere, por exemplo, em *Science de la science et réflexivité* (Bourdieu, 2001: 208). Ou, ainda em contraposição à razão escolástica, através da seguinte declaração, igualmente reiterada (retomo uma das versões, em *Méditations pascaliennes*): «nunca quis furtar-me às tarefas consideradas como as mais humildes do ofício de etnólogo ou de sociólogo: a observação directa, a entrevista, a codificação de dados ou a análise estatística» (Bourdieu, 1997: 13).

### 3. PESQUISA DE TERRENO E PROBLEMAS DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA

Durante bastantes anos, um dos programas de investigação principais que procurei desenvolver teve como *estratégia metodológica*, justamente, a pesquisa de terreno, e como *caso* o *bairro lisboeta* de Alfama (e, a partir dele, outros contextos, urbanos e rurais). Procurava, assim, estudar formas de cultura popular urbana, investigando-as num contexto social específico da sua produção. E procurava, sobretudo, a partir deste estudo de caso, desenvolver contributos para o conhecimento sociológico das *dinâmicas sociais da identidade cultural*.

Com a expressão anterior remete-se, de maneira sintética, para um conjunto relativamente complexo de aspectos: a) para as *formas sociais da identidade cultural* (modalidades que os fenómenos de identidade cultural podem assumir); b) para os processos de *produção social da identidade cultural* (processos) sociais que estão na génese dessas formas de identidade cultural); c) para os *efeitos sociais da identidade cultural* (processos sociais que, por sua vez, pelo menos em parte, decorrem das formas de identidade cultural, como consequência ou por influência delas), dimensão não menos importante que as anteriores. A expressão «dinâmicas sociais da identidade cultural» acabou por se tornar no subtítulo do livro *Sociedade Bairro* (Costa, 1999), no qual estas análises estão contidas de maneira mais desenvolvida.

Nesse percurso de investigação foram estudados aspectos como o fado amador, as marchas populares, as festividades cíclicas, o associativismo local, o movimento social pela reabilitação urbana, ou, ainda, os modos de vida, as redes sociais e os estilos de conduta dos habitantes do bairro, muito em particular as suas competências e performances relacionais, conviviais e expressivas, entre eles e face a terceiros. Não é ocasião de me alongar aqui sobre estes aspectos e outros semelhantes. Tudo isto se pode encontrar no trabalho referido.

O que de momento interessa sublinhar é que, à medida que a pesquisa se desenrolava, a referência à obra sociológica de Pierre Bourdieu, e às orientações analíticas nela contidas, ia-se constituindo em instrumento decisivo. Não o único, é certo. Mas como contributo de grande importância e centralidade, nomeadamente: na perspectiva de «vai-vem» entre teoria e investigação empírica, de interligação profunda e fecundação recíproca entre elas; na assunção de um pluralismo metodológico alargado, embora com centro na pes-

quisa de terreno, realizada através de observação directa e contacto pessoal; na ideia – ou, em termos mais precisos, na hipótese teórica traduzida em estratégia metodológica – de procurar perceber as *formas culturais* (a produção cultural local) à luz privilegiada das *relações sociais* (aos vários níveis para isso relevantes).

#### 4. DISPOSIÇÕES INCORPORADAS E QUADROS DE INTERACÇÃO

Porém, uma vez embrenhado em profundidade neste percurso de pesquisa (de terreno) e análise (sociológica), iam surgindo, de vez em quando, alguns problemas difíceis de resolver à luz da teoria da prática de Bourdieu (ou, pelo menos, do seu sistema de proposições teóricas mais consagradas). Abordo de seguida, para ilustração, alguns desses problemas.

Lembro, para já, um deles: o «enigma sociológico» de a produção de formas características de cultura popular urbana ser, no caso em estudo, protagonizada afinal, em larga medida, por migrantes rurais. Retomo aqui este exemplo por razões de rapidez expositiva, devido a ser um dos que vieram a tornar-se mais conhecidos no nosso pequeno círculo sociológico (esperando, assim, minimizar a dificuldade de não poder entrar aqui em muitos pormenores). Vem a propósito lembrar que ele foi pela primeira vez objecto de tratamento analítico elaborado num artigo intitulado «Alfama: entreposto de mobilidade social» (Costa, 1984), publicado, há já cerca de 20 anos, na revista *Cadernos de Ciências Sociais*, editada no Porto e dirigida por José Madureira Pinto (ver também Costa, 1985 e 1999).

Como interpretar e explicar aquele facto, revelado pela pesquisa de terreno? Este procedimento de investigação sociológica punha em evidência, aliás, não só aquele aparente paradoxo sociocultural, mas também um conjunto de outros aspectos conexos com ele. Por exemplo, os migrantes rurais vinham, na sua maioria, de lugares muito específicos do país. A esta «especialização geográfica» sobrepunha-se uma «especialização profissional» do trabalho desenvolvido na cidade, grande parte dele ligado à actividade portuária e marítima. Tudo isto ocorria segundo um processo de *migração em cadeia* análogo aos registados noutras paragens (nomeadamente em países da Europa mediterrânica). Muitos destes migrantes rurais voltavam com bastante ou relativa periodicidade às terras de origem, desenvolvendo estratégias sociais em que o «vai-vem» entre a aldeia e a cidade assumia com frequência uma importância decisiva.

Nestas circunstâncias, a pesquisa de terreno não se podia limitar ao contexto urbano. Tornava-se indispensável estendê-la aos meios rurais em causa. Aí, era possível constatar que a mesma pessoa, observada em situação de quotidiano corrente nos dois contextos, agia, em cada um deles, de maneira *culturalmente apropriada* (mas diferente em cada contexto), ou, dito de outro modo, dominando de modo largamente competente os códigos da vida social local (de cada local).

Uma coisa era descobrir a existência destes fenómenos. O que já teria algum valor de conhecimento sociológico. Outra coisa era interpretá-los e explicá-los sociologicamente.

A pesquisa de terreno, ao mesmo tempo que permitia captar esses factos, suscitava novos questionamentos analíticos acerca deles.

Que hipóteses se podiam então colocar a respeito de tudo isto, e em especial do mencionado «enigma sociocultural»? De forma muito sumária, para encurtar argumentos, poderia em princípio recorrer-se a três tipos de explicações.

1/ O primeiro seria uma explicação pelas «sobrevivências culturais». As formas de cultura popular urbana encontradas em Alfama seriam, nesta versão, a expressão da longa continuidade de uma população antiga e isolada, que se teria reproduzido, de geração em geração, num contexto local (o bairro) fechado sobre si mesmo.

Acontece que, para além das conhecidas razões gerais do descrédito sociológico a que desde há muito foram votadas explicações deste tipo, elas eram neste caso directamente desmentidas por várias observações proporcionadas pela pesquisa de terreno. Nem o bairro era um espaço fechado, muito longe disso, nem a população residente se mantinha essencialmente a mesma, numa longa continuidade de fileiras geracionais. Pelo contrário, o que a pesquisa de terreno mostrava era que o bairro se abria de múltiplas e significativas maneiras ao espaço alargado da cidade e da sociedade envolventes, sendo atravessado por diversificados fluxos sociais; e que a população residente era, em larga medida, continuamente reconstituída, quer pelos intensos processos de migração referidos, quer por outros processos de recomposição social (incluindo uma certa taxa de «gentrificação»).

2/ O segundo tipo de explicações poderia ser derivado directamente das teorias e análises desenvolvidas por Pierre Bourdieu. Combinando as teorias do *habitus*, da transponibilidade das disposições e das homologias estruturais/culturais, poder-se-ia admitir que as práticas culturais observadas no bairro seriam práticas produzidas por um *habitus* camponês, mas transportado para contexto urbano, o que geraria práticas diferentes, mas homólogas, das produzidas pelo mesmo *habitus* em contexto rural.

Não se pode negar o carácter atraente deste tipo de explicação. Ele parecia vir resolver o problema, esclarecer o paradoxo, e fazê-lo de modo sociologicamente sofisticado, de acordo com o quadro teórico geral de Bourdieu. O mesmo *habitus*, em contextos diferentes, produz práticas diferentes, mas homólogas entre si: em princípio poderia perceber-se bem, assim, que migrantes rurais pudessem produzir cultura popular urbana.

A pesquisa de terreno, porém, trazia a sensação de haver algo de insatisfatório, ou de incompleto, nesta linha de explicação. Em que sentido estas formas de cultura popular urbana e as práticas culturais observadas no bairro eram «homólogas» de outras, rurais? Homólogas em quê?

Se se pretendesse concluir que eram homólogas porque eram produzidas pelos mesmos agentes, estar-se-ia apenas a cair numa petição de princípio, a reiterar um pressuposto como se fosse uma conclusão (uma espécie de «inferência falaciosa» sem acréscimo cognitivo real). Importava, sim, procurar desenvolver uma análise sociológica efectiva dessas formas e práticas culturais ali observáveis.

Na impossibilidade de explicitar aqui todas as ilustrações empíricas e argumentações analíticas, remeto para o trabalho de fundo que tenho vindo a tomar como referência

(Costa, 1999). Em síntese, esse conjunto abundante de ilustrações e análises indicava estar-se perante modalidades das mais emblemáticas e distintivas de cultura popular urbana, em particular de uma certa cultura urbana lisboeta, da Lisboa histórica dos «bairros populares». As formas simbólicas e os significados culturais respectivos, os processos e contextos sociais privilegiados da sua produção, circulação e recepção, tudo isso aparecia como muito especificamente urbano; e mesmo, de maneira significativa, como urbano-portuário, com homologias mais fortes com outras configurações socioculturais citadinas e portuárias do que com culturas rurais. E, além do mais, as formas de cultura urbana local não eram apenas protagonizadas por migrantes rurais, mas igualmente por muitos outros habitantes do bairro, com filiações diversas, nomeadamente pelos que manifestavam memórias familiares exclusivamente urbanas.

Ou seja, estes e outros elementos de observação e análise sugeriam fortemente que a explicação pela transponibilidade do *habitus*, e seus correlatos, era insuficiente. Daí a colocação e a exploração analítica de um terceiro tipo de explicação, centrada no conceito de quadros de interação (Costa, 1984 e 1999). O quadro de interação local, com as suas características próprias, ajudava muito a perceber a produção continuada no bairro de formas simbolicamente exuberantes e identitariamente salientes de cultura popular urbana, assim como a aprendizagem rápida pelos migrantes rurais dos códigos e das competências culturais locais e a sua identificação forte com o bairro. Sem que isso os levasse necessariamente a perder outras referências e identificações, de origem rural.

Não vou aqui desenvolver o tema, que é bastante complexo e multifacetado, mas apenas salientar dois pontos.

Um, é o de que não se pretendia assim desvalorizar a importância da análise, enfatizada por Bourdieu, das trajetórias sociais e dos sistemas de disposições incorporadas. Visava-se, sim, complementá-la com outros parâmetros analíticos, sugeridos pela pesquisa de terreno, na tentativa de responder teoricamente aos desafios de inteligibilidade sociológica por ela colocados (pelas observações que no decurso dela se iam fazendo).

Outro, é o de que, com o conceito referido, procura-se conjugar dois elementos analiticamente diferenciados, ainda que conjugados, relativos respectivamente aos quadros contextuais e aos processos interaccionais, ambos constituintes fundamentais da prática social. Com o conceito de quadros de interação dá-se-lhes um efectivo estatuto teórico (interpretativo/explicativo), equivalente ao estatuto teórico de conceitos como os de estruturas sociais e disposições incorporadas, e não apenas um estatuto metodológico, enquanto mera alusão às operações de delimitação espacial ou temporal dos observáveis particulares de qualquer pesquisa empírica.

Elementos de observação suscitados pela pesquisa de terreno, como o aludido «enigma sociocultural», assim como uma pluralidade de fenómenos identitários, formas culturais, práticas quotidianas e processos sociais analisados no decurso da investigação, eram assim interpretados e explicados à luz de um modelo analítico tendo como ponto focal a conjugação de dois elementos-chave, disposições incorporadas e quadros de interação, no âmbito de um enquadramento societal e histórico mais amplo.

As disposições culturais pelas se exp.

Pensar o processo de construção da

## 5. DESENVOLVIMENTOS À LUZ DA TEORIA DA PRÁTICA E DA PESQUISA DE TERRENO

Convém talvez sublinhar que este modelo analítico, acabado de referir em termos muito resumidos, usufrui em larguíssima medida da teoria geral elaborada por Pierre Bourdieu. Mas implica também algumas propostas para a respectiva «afinação» (passe o risco de imodéstia), decorrentes dos problemas cognitivos suscitados pela pesquisa de terreno.

Implica, desde logo, alguma revisão do peso esmagador atribuído à primeira socialização na construção dos sistemas de disposições. Na generalidade dos escritos de Bourdieu, esse peso tende com facilidade a poder ser interpretado como de pendor praticamente exclusivista ou estritamente determinante das margens (escassas) de variabilidade posterior.

Porém, uma das conclusões mais importantes a que a referida pesquisa de terreno permitia chegar era, como se viu, a da possibilidade de ocorrerem, ao longo dos percursos sociais de vida, processos de constituição de novas disposições, significativamente diferenciadas das anteriores. A pesquisa de terreno indicava claramente a possibilidade de aprendizagem rápida e interiorização profunda de *novas competências* (por exemplo, competências relacionais como as do estilo de conduta popular urbano tido por caracteristicamente «alfacinha»), *novos critérios* (por exemplo, critérios estéticos de cultura popular urbana, como os relativos ao universo fadista), *novas referências identitárias* (por exemplo, identidades locais urbanas, «bairrista» e «lisboeta») e *novos esquemas de acção* (por exemplo, esquemas de acção estratégicos face às malhas sociais da actividade portuária e outras de algum modo a elas ligadas, ou face às redes de influências municipais citadinas). Todos estes aspectos remetiam de maneira notória para lógicas sociais acentuadamente heterogêneas em relação às do anterior contexto rural. De modo nenhum se poderiam considerar apenas variantes destas.

Sublinhe-se que o estudo de caso apontava para possibilidades de aprendizagem rápida e de interiorização profunda. Apontava, também, para o facto de essas novas disposições e capacidades de acção *não eliminarem outras*, adquiridas anteriormente, noutros contextos e situações. Mostrava, ainda, tratar-se de uma *possibilidade*, susceptível de se concretizar ou não, consoante, a um nível mais geral, factores histórico-estruturais de enquadramento societal, e consoante, a um nível mais particular, factores de trajectória de vida pessoal e de contexto relacional, confluentes na sucessão de episódios situacionais constitutivos do quotidiano.

Diga-se de passagem que estes últimos representam, precisamente, parte essencial da matéria-prima observacional da pesquisa de terreno, a partir da qual se desenvolveu outra vertente fundamental da investigação sociológica, a vertente de inferência analítica, de carácter teoricamente interpretativo e explicativo, susceptível de remeter – com o apoio de informação empírica de outros géneros, como a proveniente de entrevistas, inquéritos e análises documentais – para o conjunto de factores acima conceptualmente enunciados.

Um modelo analítico como o aqui (re)proposto implica, igualmente, atribuir *um lugar analítico mais relevante à interacção*. Implica contemplar, no quadro teórico geral de

*habitus - sobre a prática*

referência e nos objectos de estudo específicos de cada investigação, uma maior autonomia explicativa para os processos de interacção e para os quadros contextuais em que eles se desenrolam. Isto vem, aliás, em plena consonância com o aspecto da *pluralidade das socializações relevantes* que se referiu acima. A pluralidade do *habitus* decorre directamente da pluralidade das experiências socializadoras, e esta, em grande medida, da pluralidade de contextos de interacção significativos.

Preocupado, muito justamente, em denunciar as insuficiências de abordagens analíticas que descurem a importância decisiva das condições estruturais em que se geram as práticas sociais, e em evidenciar a capacidade explicativa das propriedades objectivadas e disposições incorporadas que estão associadas às condições de existência, caracterizadas em termos das posições ocupadas nesses sistemas de relações sociais, Bourdieu acaba por rejeitar a dimensão explicativa das relações e contextos de interacção. Não lhes concede estatuto teórico nem operatividade analítica próprios, isto é, não lhes atribui nenhuma autonomia interpretativa e explicativa em relação às dimensões do espaço social, dos campos, das trajectórias e das disposições (que constituem o «arsenal» conceptual nuclear do autor).

Compreende-se bem, perante as derivas empiristas (nas versões mais objectivistas ou mais subjectivistas) e impressionistas (retóricas e escolásticas) de que têm sido presa reiterada as ciências sociais, a importância de enfatizar o carácter decisivo das dimensões de análise estruturais e disposicionais. Mas pode correr-se o risco de «deitar fora o bebé com a água do banho». Ao criticar repetidamente (desde a *Esquisse d'une théorie de la pratique*, 1972: 184), com pertinência, as abordagens interaccionistas, etnometodológicas e psicossociológicas que esquecem as estruturas sociais e as disposições incorporadas, reduzindo toda a explicação à situação e à interacção, Bourdieu, pelo seu lado, deixa por explorar a possibilidade de não esquecer nem um nível nem outro, possibilidade que passa pela elaboração conceptual e analítica, de forma plenamente teorizada e correspondentemente investigada em termos empíricos, da articulação entre ambos os níveis ou parâmetros.

Num caso como o aqui referido, os desafios suscitados pela pesquisa de terreno sugeriam a vantagem, e mesmo a indispensabilidade, de completar as dimensões *estruturais* e *disposicionais* com as dimensões especificamente *interaccionais* e *contextuais*, assumidas em sentido teórico elaborado, e não apenas como alusão descritiva à delimitação dos observáveis.

Tornava-se assim imperativo recorrer a indicações como as de Erving Goffman (1983) acerca da *ordem da interacção* como nível social específico, não redutível a outros planos de constituição da sociedade (por mais importantes que eles efectivamente sejam) e mantendo com estes uma «articulação frouxa» (*loose coupling*), ou, noutros termos, uma margem significativa de autonomia relativa. Do que resulta a necessidade de analisar, com a maior elaboração teórica e a maior precisão empírica possíveis, os seus parâmetros próprios, nomeadamente as suas regras e os seus mecanismos, assim como as suas (meso/micro) estruturas espaciais e temporais.

Não menos importante era recorrer a referências sociológicas, antropológicas e psicológicas – desde William I. Thomas, Charles H. Cooley ou George H. Mead, passando por

Alfred Schutz ou Gregory Bateson, até a autores tão diversificados, mas com este aspecto em comum, como Erving Goffman, Edward T. Hall, Paul Watzlavick, Harold Garfinkel, Howard S. Becker ou Aaron Cicourel – que enfatizam o carácter simbólico da interacção social, que a analisam privilegiadamente enquanto *interacção simbólica* (e não só como interacção face-a-face ou como interacção estratégica, embora estes dois aspectos sejam igualmente da maior relevância), isto é, enquanto dinâmica relacional inscrita/mediada na/pela *cultura* e envolvendo intrinsecamente processos de *comunicação*.

## 6. PLURALIDADE DE CONTEXTOS E DISPOSIÇÕES

Para além do «enigma sociocultural» que tem vindo a servir aqui de ilustração principal, a pesquisa de terreno desenvolvida no âmbito dessa investigação produziu outros exemplos de observação com implicações teóricas convergentes com as que se têm vindo a referir.

A propósito dos jovens do bairro, por exemplo, era possível encontrá-los envolvidos localmente de forma intensa nas marchas populares, nos retiros de rua das festas de Junho, nas sessões de fado popular, na vida associativa das colectividades de cultura e recreio, e, muito em especial, nos grupos de pares locais, assentes no interconhecimento de vizinhança, com os seus códigos de conduta identitária, os seus rituais de desafio e as suas práticas de prevalência nos espaços públicos (e semipúblicos) do bairro, pressupondo um conhecimento íntimo dos meandros físicos e sociais do contexto local. Todos estes aspectos apontavam, pois, para um sistema de disposições e competências de carácter bastante unificado, para um «*habitus* de bairro», versão incorporada da configuração cultural urbana local.

Noutras ocasiões, contudo, era possível encontrá-los igualmente nas escolas ou nos empregos (ambos, na maioria dos casos, localizados fora do bairro), nas discotecas ou nos espectáculos da cidade (em práticas lúdicas associadas à cultura de massas cosmopolita), em associações desportivas (caso dos grandes clubes de futebol), organizações cívicas (por exemplo, de escuteiros), movimentos sociais (nomeadamente, ecologistas), grupos culturais diversos ou partidos políticos. Quer dizer, os jovens do bairro desenvolviam igualmente outras gamas de sensibilidades culturais, práticas sociais e estilos de conduta, manifestando disposições e accionando competências de outros géneros, circulando entre contextos sociais e mundos culturais bastante diversificados, constitutivos do universo social urbano contemporâneo.

Mas não seria necessário ficarmo-nos pelos jovens. Os habitantes em idade adulta podiam encontrar-se não só no bairro e nas práticas locais. Encontravam-se também nas empresas, nos organismos públicos e noutros contextos de trabalho disseminados pela cidade ou mesmo situados em concelhos próximos, nos supermercados e centros comerciais da área metropolitana, nos equipamentos culturais e desportivos nesta localizados, aproveitando os fins de semana para ir à praia ou para visitar familiares e amigos residentes nesse espaço metropolitano alargado, acedendo aos múltiplos serviços situados nos

«espaços cerimoniais», etc. Para já não falar nas mencionadas deslocações de muitos deles às terras de origem.

Nestas condições, para fazer bem o que lhe cabe, a pesquisa de terreno obrigava a circular, e ao fazê-lo dava bem conta de que estas pessoas, residentes no bairro, ali produtoras de formas muito próprias e intensamente expressivas de cultura popular urbana e de identidade cultural de bairro (se bem que, como talvez fosse escusado lembrar, com graus variáveis de protagonismo a este respeito), circulavam elas próprias entre contextos sociais, definições de realidade, reportórios simbólicos e mundos culturais diversificados.

Este trânsito, não só entre contextos sociais plurais, mas também entre universos culturais variados («províncias de significado», na expressão de Schutz, 1979) implica comunicação, negociação de sentido, «potencial de metamorfose» (para usar o conceito de Gilberto Velho, 1994). Implica, digamos assim, a *pluralidade do habitus*.

Pierre Bourdieu, nomeadamente referindo-se a si próprio, na sua *Esquisse pour une auto-analyse* (2004: 127-139), fala de *habitus clivado*, resultante da inscrição no sistema de disposições de um desfasamento entre alta consagração escolar e baixa extracção social. Tinha também já elaborado bastante sobre a *histerese do habitus* (o célebre «efeito Dom Quixote»), por exemplo em *La distinction* (1979). Mas creio que se pode generalizar e abrir o âmbito de problematização.

As observações proporcionadas pela pesquisa de terreno aqui referida, e as conjecturas interpretativas e explicativas suscitadas por essas observações, podem ser integradas num processo de inferência abductiva (alimentado pelo estudo de caso e pelo seu confronto com outras análises e teorizações) orientado para a construção de hipóteses teóricas. Essas hipóteses teóricas são sintetizáveis, no que diz respeito aos temas que aqui se têm vindo a tratar mais directamente, num pequeno conjunto de pontos principais:

- a) Nas condições sociais da contemporaneidade, nomeadamente nos universos urbanos complexamente diversificados, verifica-se a possibilidade efectiva, e frequente, de novas socializações (em sentido forte, envolvendo aprendizagens divergentes e interiorizações profundas), muitas vezes bastante rápidas, conduzindo a *novas gamas de disposições*, e não só a reelaborações das anteriores – mas, também, por outro lado, sem que estas necessariamente se percam; cada indivíduo tende, assim, a constituir reportórios variados de esquemas de apreciação e acção, apenas em certa medida integrados (isto é, em parte unificados, em parte sincréticos);
- b) A interpretação e explicação das práticas sociais e das configurações culturais requer, pelo menos a um certo nível de proximidade observacional, complementar os modelos de análise equacionados em termos de espaços sociais e campos, posições sociais, trajectórias e disposições (que são, efectivamente, dimensões analíticas fundamentais) com a consideração de outro parâmetro crucial, os *quadros de interacção*; quer dizer, com a tomada em consideração, de maneira conceptualmente elaborada e empiricamente substantivada, dos contextos sociais, com as suas componentes morfológicas, relacionais e simbólicas, e dos processos interaccionais, com

- as suas regras e dinâmicas próprias (dimensões igualmente decisivas na análise sociológica, sobretudo quando ela integra o nível observacional das práticas sociais).
- c) O *accionamento dos esquemas de acção diversificados*, adquiridos na diversidade dos contextos de socialização contemporâneos (accionamento selectivo de componentes heterogéneas de um *habitus plural*), tende precisamente a ser suscitado – como refere Bernard Lahire (1998, 2002, 2004, 2005), que tem vindo a prosseguir uma importante linha de investigação e teorização sociológica a este respeito – por situações que recolocam o actor social em quadros contextuais e registos interaccionais de algum modo análogos àqueles em que esses esquemas de acção foram aprendidos e interiorizados.

Dizendo de outra maneira, são em grande medida os quadros de interacção diversificados, nos quais se vão desenrolando os sucessivos episódios e situações da vida social, que suscitam a activação selectiva de certos esquemas de acção, entre os vários aprendidos em contextos sociais e episódios interaccionais diferentes, no decurso da pluralidade significativa de experiências sociais dos indivíduos. Sobretudo, tal como estes processos tendem a configurar-se nas condições de diferenciação e complexidade acentuadas prevaletentes nas sociedades contemporâneas.

## 7. DAS CONSTANTES ÀS VARIÁVEIS

Em conclusão, a pesquisa de terreno, como a que aqui foi sendo convocada, permite sugerir que se pode avançar sociologicamente complementando ou reelaborando certos aspectos da teoria da prática de Pierre Bourdieu, numa perspectiva que não deixa, por isso, de partilhar com ela desígnios sociológicos fundamentais.

Por exemplo: a «unicidade do *habitus*». Pode agora dizer-se, com apoio na pesquisa de terreno, que não é bem, ou sempre, isso que se verifica. Ou melhor, que tal só ocorre em certa medida. Também em certa medida, o *habitus* é plural. O conceito ganha em recolocar-se, já não como constante, mas como variável. Isto é, tendo-se especificado conceptualmente o quadro de possibilidades e definido o seu significado sociológico, pode deslocar-se o problema para a pesquisa empírica, averiguando em que casos, em que graus e segundo que combinatórias, e porquê, o *habitus* é mais unificado ou mais plural.

Segundo exemplo: a «transponibilidade das disposições». Com frequência ela acontece, sem dúvida. Mas muitas outras vezes, e em muitas outras circunstâncias, não se trata de transponibilidade de um mesmo núcleo de disposições, mas do accionamento de outras disposições e gramáticas geradoras, de outros critérios e outras competências, de outros esquemas de apreciação e acção, com outras lógicas básicas, adquiridos em contextos sociais diversos. Novamente aqui se pode avançar reconceptualizando a constante em variável e submetendo-a a investigação empírica, procurando determinar onde e quando, em que graus e segundo que combinações ocorre uma coisa e outra.

Actividade Formativa 1:

- a) Leia os materiais recomendados. Faça um breve resumo de cada um dos textos.
- b) Compare o texto 1 com o capítulo de estudo do manual. Assinale aspectos comuns e diferentes. Reflicta sobre a forma como se complementam.
- c) Tendo o texto 2 como base de trabalho, elabore um pequeno registo em que Dê conta da forma como o autor faz a articulação entre a teoria e a prática de pesquisa.

Actividade Formativa 2:

Consulte um dos livros recomendados na bibliografia complementar. Elabore uma ficha de leitura em que sintetize o campo sociológico em que se situa o trabalho, os objectivos, o tipo de trabalho empírico realizado e confira o conhecimento sociológico produzido. Identifique como foi feita a articulação entre o conhecimento sociológico e a acção social.

## 2. O conhecimento sociológico e a agenda política

Material de estudo:

- Capítulo 3 do livro adoptado – pp. 35-62
- Texto 3 – Almeida, João Ferreira (Coord.) (1994). Introdução à Sociologia. Lisboa. Universidade Aberta pp.214-222
- Texto 4 – Pinto, José Madureira Pinto (2007). Indagação Científica, Aprendizagens escolares, reflexividade social. Porto. Edições Afrontamento. pp. 90-110

O ponto 2 do programa articula ciência e democracia, sob o ponto de vista de que o conhecimento produzido pelas ciências sociais podem e devem ter possibilidade de influenciar a agenda social e política. Por um lado, a influência das ciências sociais pode ser um contributo positivo caso exista aumento de investimento (interacção, socialização e intermediação), por parte dos cientistas sociais na relação com os seus públicos (especialistas e não especialistas, efectivos ou potenciais consumidores, utilizadores e parceiros de pesquisa científica). Por outro lado, a relação dos cientistas

sociais com o campo político-mediático, podem conferir mais visibilidade e protagonismo na comunicação da ciência e na transmissão da cultura científica, enquanto modo de ser e fazer ciência, em substituição de intermediários entre ciência e público, normalmente feita por jornalistas e divulgadores de ciência.

Conceitos prévios: Democracia, sociedade moderna, agenda política e social, opinião pública, movimento social

Objectivos de aprendizagem:

- Estabelecer a afinidade entre a democracia e as ciências sociais
- Descrever as condições teóricas subjacentes ao impacto das ciências sociais na sociedade
- Explicitar as relações entre a ciência social e o campo social

O texto 3 apresenta alguns dos contributos da sociologia para a sociedade, conseguida através da sua prática social. O desenvolvimento social leva a novas interrogações e a que se desenvolvam novas áreas de pesquisa, sendo que a sociologia tem um contributo útil para a sociedade que se repercute através de vários aspectos como por exemplo, uma compreensão da vida social, as tentativas de desenvolver perspectivas alargadas que tenham em conta as diversidades culturais e sociais, faz com que certas ideias ou preconceitos sejam desmistificados, etc.

O texto 4, de José Madureira Pinto vai no mesmo sentido. Elabora um retrato sobre os avanços da sociologia como campo disciplinar até a sua afirmação na sociedade portuguesa.

Os vários autores apresentam aspectos sobre a história da sociologia em Portugal. Informações mais actualizadas podem ser recolhidas no site da Associação Portuguesa de Sociologia. Aspecto muito relevante também é o facto de a informação produzida pela investigação sociológica acaba por ter uma ligação muito forte ao meio social em que é produzida sendo devolvida sob forma de recomendações, orientações, diagnósticos, etc.

## 4.2 Contributos Sociais da Sociologia

### 4.2.1 *Sociologia, sociedade e reflexividade*

A sociologia é uma ciência social. A especificidade da sua perspectiva enquanto disciplina científica, bem como alguns dos principais conteúdos substantivos do seu trabalho e dos conhecimentos produzidos, constituíram o objecto dos capítulos anteriores. Vamos agora olhar a sociologia enquanto prática social.

Sob este ângulo, a sociologia, como de resto qualquer outra ciência ou outro ramo do saber, pode ser vista pelo lado dos agentes sociais que a praticam – os sociólogos e os utilizadores do conhecimento sociológico –, ou pelo conjunto de instituições que a suportam e reproduzem – universidades, centros de investigação, revistas, bibliografia e outros instrumentos de divulgação – ou, ainda, pelo lado dos impactes sociais da prática sociológica.

Olhar a sociologia como prática social implica, portanto, olhar para os seus contributos sociais e para o que fazem os sociólogos, principais protagonistas da disciplina.

A sociologia, e como ela as restantes ciências sociais, estudam uma realidade de características próprias, em parte para o carácter da disciplina. O facto de ter como objecto de análise a realidade social a que o próprio sociólogo também pertence, coloca-lhe alguns problemas epistemológicos e metodológicos. Mas coloca-lhe, além disso, problemas de ordem moral e de ordem social muito importantes.

Trabalhando sobre as pessoas e as relações que estabelecem entre si, o sociólogo produz conhecimentos que podem afectar a vida dessas pessoas. Isso acontece porque as sociedades humanas possuem capacidades “reflexivas”, isto é, são capazes de pensar sobre si próprias e de aprender com as suas experiências e com os conhecimentos que os especialistas vão produzindo acerca delas.

Esses conhecimentos (a que poderíamos acrescentar outros tipos de informação que as pessoas integram cada vez mais nas suas referências e utilizam nos seus cálculos) são recursos que os agentes sociais utilizam nas suas práticas. O que pode acontecer mais ou menos intencionalmente. Por exemplo, uma instituição que encomenda um estudo de caracterização, de sondagem, de avaliação ou de qualquer outro tipo a um sociólogo ou a um grupo de sociólogos, normalmente terá intenção de utilizar esse estudo nas suas decisões. Mas um cidadão comum que, por exemplo, começa a comprar livros aos filhos desde muito cedo, familiarizando-os precocemente com tais instrumentos, porque a tal foi aconselhado, suponhamos, por um colega de trabalho, ou por um funcionário do infan-tário, estará a incorporar inconscientemente na sua prática conhecimentos que resultaram de estudos sociológicos sobre a escola e o sucesso escolar, cujos resultados já se difundiram e passaram a integrar as práticas e o património de conhecimentos comuns de muitas pessoas.

Os efeitos dos produtos-conhecimento da sociologia sobre a própria sociedade conduzem os sociólogos a tomar especiais cautelas. Embora não possam controlar, em absoluto, as utilizações finais dadas aos seus trabalhos, compete-lhes não se alhearem completamente de tais utilizações, responsabilizando-se, até onde lhes for possível, pela defesa das pessoas e dos tecidos sociais que estudam e pela preservação do rigor científico dos trabalhos que realizam e pela seriedade das práticas deles decorrentes. Mais difícil, porém, é evitar certas distorções do sentido das descobertas, dos conceitos e teorias científicas uma vez divulgados e generalizados. Mas ainda neste caso, o combate a tais distorções, pelo afinamento da pesquisa e pela respectiva análise crítica, é uma tarefa permanente da sociologia.

Quando falamos de “análise crítica” estamos a tocar num ponto central da utilização do conhecimento sociológico. Estamos a referir-nos a um princípio fundamental da sociologia: o que as pessoas dizem, fazem e pensam depende da sua posição e condição social; de igual forma, as instituições sociais produzem e reproduzem fenómenos e contextos que só podem ser compreendidos em função das estruturas sociais. Logo, para compreender as pessoas e o que pensam, dizem e fazem, tal como para compreender o funcionamento das instituições, as suas regras, os seus recursos e as suas lógicas, é preciso referi-las ao sistema social em que se inserem.

Compreender as práticas, as representações, as instituições e os papéis sociais em função do sistema de relações que constitui a sociedade, isto é, reconduzir o que os agentes sociais (colectivos ou individuais) dizem, pensam e fazem à sua posição social, logo aos seus interesses, saberes e recursos, tal é um dos principais contributos sociais da sociologia, de que a sociedade pode beneficiar.

Augusto Comte (1789-1857) foi quem primeiro usou o termo “sociologia”, referindo-se-lhe como o vértice da pirâmide das ciências positivas, pois que ela viria a melhorar decisivamente a sociedade, elevando-a ao estágio “positivo”. Hoje em dia dificilmente alguém poderia tomar à letra a ambição de Comte. Mas a sociologia mantém, de facto, a ambição de contribuir para a resolução de problemas sociais.

Aliás, uma boa parte da maior ou menor atenção que a sociologia dá, em cada momento, aos vários temas de investigação, tem a ver com a própria importância que a sociedade vai atribuindo a cada um dos seus problemas. Naturalmente, a ciência tem os seus próprios ritmos e uma lógica relativamente autónoma, que lhe permite o desenvolvimento das suas problemáticas específicas de forma descoincidente com a “agenda social”, cada vez mais marcada pela agenda criada pelos meios de comunicação social. Mas estes tendem, de qualquer forma, a questionar a ciência e a estimular a sua imaginação.

Outro tanto o fazem os “movimentos sociais” (e também certas organizações), confrontados com a necessidade de resolver na prática os problemas que lhes dão origem, ou de alcançar objectivos que se propõem. Por isso, ou, simplesmente, porque os seus processos de constituição e os seus mecanismos de fun-

cionamento oferecem experiências extremamente estimulantes e curiosas, os movimentos sociais confrontam e questionam a sociologia, sugerindo-lhe novos caminhos de interrogação e pesquisa.

Para referir exemplos já abordados em capítulos anteriores, é natural que questões como a do desenvolvimento desigual, da fome, da pobreza, da guerra, do ambiente, da etnicidade, das novas formas de organização familiar, da distribuição do poder, das transformações na organização do espaço e das actividades económicas, ou outros ainda, como a criminalidade, a droga, ou qualquer outro, concitem esforços particulares por parte da sociologia.

A sociologia, porém, não aborda os problemas como o fazem os actores leigos. Para o comum das pessoas, mesmo aquelas que incorporaram no seu saber elementos sociológicos, o problema social define-se geralmente a partir de uma visão parcial, influenciada, em parte, pela sua posição social. A sociologia aborda os problemas sociais transformando-os em “problemas sociológicos”<sup>1</sup>.

Quer isto dizer que procura ver para além das definições que as pessoas normalmente dão, ao mesmo tempo que procura reconduzir cada uma dessas definições – transformando-as em objecto de análise sociológica – ao sistema completo de relações em que se insere, quer dizer, às dinâmicas e estruturas sociais mais vastas. Quer dizer, procura *explicar o social pelo social*, ao tentar perceber cada situação concreta em função das pertenças a sistemas de relações sociais mais complexos.

Assim, na análise de um problema, interessa à sociologia compreendê-lo e explicá-lo e não, como fazem geralmente as outras pessoas, emitir juízos de valor ou produzir visões marcadas por ideologias (sistemas de ideias associadas a interesses particulares ou de grupo).

A ruptura com as ideologias e as crenças falsas ou parcelares nunca está definitivamente concluída. Na verdade, o facto de tratar com problemas que interessam a toda a gente, os quais são controversos e provocam disputas, introduz a controvérsia na própria sociologia. Mas, ao contrário do que acontece mais geralmente, no campo sociológico existe consciência das razões dos debates e das discussões, pelo que se controlam, de alguma forma, os limites e as fronteiras entre a parte dos discursos que tem valor científico e aquela que não o tem.

Em que aspectos fundamentais contribui a sociologia para cumprir um papel social útil? Do nosso ponto de vista, são vários esses aspectos e alguns deles têm mesmo grande importância no mundo moderno. No fundamental são os seguintes os principais tipos de contributos:

- *Uma melhor compreensão da vida social.* O homem só existe enquanto ser social. Mesmo a mais individualista das ideologias só se desenvolve em determinadas condições sociais. Muitas das coisas que se passam são produtos da vida social. A compreensão dos sistemas sociais é decisiva, assim, particularmente em momentos de mudança tão rápida como o que vivemos actualmente e quando os problemas que se colocam às pessoas e

<sup>1</sup> A propósito da relação entre problema social e problema sociológico ver Peter Berger, *Perspectivas Sociológicas*, Petrópolis, Vozes, 1986.

às sociedades exigem intervenções que, por mais informadas, tenham maiores hipóteses de sucesso.

- Ao introduzir na explicação dos fenómenos aquilo que o sociólogo norte-americano C. Wright Mills<sup>1</sup> apelidou de “imaginação sociológica”, isto é, uma perspectiva que considere a diversidade cultural e histórica das sociedades humanas, a sociologia contribui para a crítica das formas existentes de sociedade e abre, assim, o caminho para a construção colectiva de formas mais justas de organização social. Tivemos um exemplo deste contributo quando falámos, entre outras coisas, do desenvolvimento da ideia de “democracia industrial” ou dos possíveis contributos das novas tecnologias para a solução do problema ambiental (capítulo 2.2).
- Ao estimular a crítica social e, também, ao longo do seu trabalho de acumulação de conhecimentos sobre a vida em sociedade, a sociologia desmistifica preconceitos, combate falsas crenças e o obscurantismo. Os exemplos desta contribuição foram abundantes ao longo deste curso. Relembremos, apenas, a desmistificação da ideia de “crise da família”, a identificação dos principais factores de produção do insucesso escolar (capítulo 2.4), a denúncia da manipulação das diferenças étnicas de forma a produzir diferenças sociais (capítulo 2.3), ou a utilização de crenças religiosas para fins políticos (capítulo 2.1), para apenas citar alguns dos múltiplos exemplos possíveis.
- A sociologia oferece a possibilidade de olhar os problemas e os fenómenos a partir de diversos pontos de vista, por vezes antagónicos, e compreender como esses pontos de vista se formam e porque são diferentes. Testemunho disso são as pessoas cuja profissão se liga ao trabalho com certos grupos desfavorecidos, como os marginais, os toxicodependentes ou certos grupos pobres. Só com a capacidade da sociologia para interpretar universos socioculturais diferentes é possível, na verdade, avançar no combate a tais problemas e reintegrar socialmente as pessoas e os grupos que se encontram em situações problemáticas. Isto porque a consciência crítica e a competência técnica da sociologia lhe permite não apenas penetrar nos universos de tais grupos, mas também perceber de que forma o sistema social, no seu funcionamento, produz tais problemas e de que forma terá de ser corrigido para os resolver;
- Ao descobrir, sistematizar, classificar, ordenar e clarificar conhecimentos e informações sobre os sistemas sociais, a sociologia ajuda a tornar conscientes realidades que não o eram. Na verdade, nós não temos consciência de grande parte das coisas que fazemos ou que vemos fazer. Isso deve-se a um conjunto de factores, de que se destaca a complexidade dos sistemas sociais.

Num contexto de globalização das sociedades este problema torna-se *mais importante*.

*Cada pessoa ou grupo de pessoas não pode ter consciência de todos os dados que afectam as suas vidas. Da ciência espera-se um contributo para*

<sup>1</sup> Cf. C. WRIGHT MILLS, *A Imaginação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

a reconstrução do sistema completo de relações que torne mais conscientes as razões para fazermos o que fazemos. Mas a não-consciência não resulta apenas da complexidade dos sistemas e da infinita multiplicidade de factores que influenciam as práticas e as representações sociais. Os interesses provocam também desconhecimento, na medida em que seleccionam o visível e distorcem as imagens. Ao restituir uma imagem “objectiva” da realidade, a sociologia contribui para clarificar muitas distorções provocadas pelas ideologias.

- Um caso específico deste contributo de explicitação e racionalização de realidades não-conscientes passa pela elucidação das relações entre as práticas e as instituições. Estas, pelo seu peso, pela sua durabilidade e pela sua lógica autónoma tendem a aparecer aos actores como exteriores às suas práticas. Na verdade, porém, as instituições são feitas pela repetição sistemática de actividades mais ou menos semelhantes. Elas facilitam a vida social na medida em que constituem uma espécie de “memória colectiva” a respeito da maneira de fazer as diversas coisas que devem ser feitas, a qual é incorporada em cada agente particular que, uma vez socializado na norma institucional, a toma como um dado “objectivo” e exterior. Ao relembra que a instituição e a norma só existem na medida em que os actores as praticam e reproduzem, a sociologia facilita o esforço de inovação social;
- As acções têm, geralmente, consequências pretendidas, mas têm também consequências não pretendidas. Por exemplo, uma inovação tecnológica pode visar a redução de custos ou a protecção do ambiente. Mas pode provocar, sem o desejar, desemprego. No mundo moderno, em rápida mudança, é cada vez mais presente a necessidade de diagnosticar e prognosticar, com o maior rigor possível, as determinantes sociais e institucionais das acções. O diagnóstico e o prognóstico cientificamente informados são decisivos, aliás, para afrontar os grandes problemas que as sociedades terão que superar. Cada vez mais, também, tais diagnósticos e prognósticos terão de levar em linha de conta aspectos explícitos e não explícitos das situações e consequências pretendidas e não pretendidas das acções. Cada vez mais as ciências sociais, e a sociologia em particular, serão, pois, chamadas a realizar estudos de caracterização, avaliação e prospecção em que assentarão ou de que beneficiarão as políticas e os movimentos sociais.
- Por fim, devem ser considerados os contributos da sociologia para outras ciências sociais. A realidade social pode ser olhada de diferentes perspectivas, a que correspondem diferentes ciências sociais. A compreensão dessa realidade exige, por isso, o contributo de todas as ciências. Assim, por um lado, cresce a tendência para desenvolver a interdisciplinaridade no estudo e na análise do social. Mas, para além disso, verifica-se uma crescente incorporação da perspectiva sociológica, que concede a primazia às relações e à interacção social, noutras ciências. O progressivo abandono da perspectiva economicista na economia é exemplo desta tendência.

Quando falamos dos contributos sociais da sociologia, há que ter sempre presentes três tentações básicas. A primeira é a da notoriedade. A segunda é a da presunção. A terceira é a desconcentração. À medida que cresce a visibilidade da sociologia e o seu prestígio, cresce a solicitação da intervenção de sociólogos. Este processo é concomitante com a afirmação do poder comunicacional dos *media*, os quais solicitam, com frequência, a opinião de sociólogos no sentido de, comentando os mais diversos temas, elucidar os respectivos contornos sociológicos. O perigo, neste plano, consiste na tentação de, a partir do estatuto profissional, algumas pessoas debitarem opiniões a respeito de assuntos para os quais não têm especial preparação sociológica, quer dizer, que não estudaram com o rigor característico da ciência.

O segundo perigo é, porém, bem mais importante. Consiste na presunção de que a sociologia possa ter respostas e soluções “milagrosas” para todos os problemas. Como acontece com todas as ciências, não apenas o processo de produção de conhecimentos em sociologia é complexo e sempre incompleto, como a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos não é imediata. Além disso, devendo responsabilizar-se pela utilização dos seus produtos, o sociólogo não se substitui aos outros agentes na construção da sociedade e na condução da mudança social. A sociologia dá um contributo, porventura decisivo, mas esse vai no sentido de auxiliar os agentes, dotados do poder de agir, e não de os substituir.

Quando esses agentes solicitam explicitamente a contribuição profissional dos sociólogos, raramente têm consciência da morosidade e complexidade do processo de produção de conhecimentos sociológicos. Tendem, pois, a pressionar no sentido de obter respostas mais rapidamente do que elas são possíveis. Assim se manifesta o perigo da desconcentração em relação aos procedimentos científicos e técnicos que informam o trabalho sociológico, no sentido de, mesmo à custa da qualidade, serem satisfeitos acriticamente os desejos de rapidez de quem encomenda um serviço à sociologia.

#### 4.2.2 *Desenvolvimento e profissionalização da sociologia em Portugal*

Os serviços solicitados à sociologia são serviços (ou conselhos) profissionais. Quer dizer, são altamente qualificados, assentes num estudo prolongado e num treino intelectual específico e especializado e são fornecidos a troco de uma remuneração. A preparação para o exercício da profissão é oficialmente certificada (pelas escolas que fornecem as licenciaturas) e os sociólogos profissionais possuem as suas associações, que visam garantir a sua organização, garantir a elevação dos padrões cognitivos, técnicos e deontológicos do exercício profissional da sociologia e promover o seu reconhecimento.

Em Portugal o grupo profissional dos sociólogos está numa fase de grande crescimento e afirmação. Mas está, ainda, em processo de sedimentação e consolidação. Tal deve-se ao atraso com que a sociologia se implantou no nosso

país. Durante o regime ditatorial anterior ao 25 de Abril a sociologia estava limitada – e mesmo assim desde muito pouco tempo antes – a um pequeno núcleo de investigadores pioneiros, esforçados em burlar a política obscurantista do regime fascista. Eles estavam, quase todos, agrupados no que é hoje o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A disciplina só com a democracia se pôde organizar e crescer.

Calcula-se que, nos nossos dias, exerçam a profissão de sociólogos em Portugal mais de duas mil pessoas. Não se conhecem precisamente as principais características sociográficas e as inserções profissionais de todas. No entanto, existem alguns testemunhos representativos do trabalho que os sociólogos fazem, o que nos permite analisar aquelas inserções.

Durante a organização do II Congresso Português de Sociologia, realizado pela Associação Portuguesa de Sociologia em Fevereiro de 1992, foi feito o registo de algumas dimensões do perfil de cerca de oitocentos sociólogos, os quais constituem uma muito boa amostra da profissão. Mais de 60% dos participantes no II Congresso Português de Sociologia eram mulheres. Predominavam as camadas jovens, já que 40,5% tinham menos de 24 anos, 19,1% tinham entre 25 e 29 anos, 23,8% entre 30 e 39 anos, 12,3% entre 40 e 49 e apenas 4,4% mais de 50 anos. O distrito de Lisboa, onde ele se realizou, era a residência de mais de 50% dos participantes no Congresso. No entanto, verifica-se uma distribuição pelo território nacional que abrange já todos os distritos, principalmente o Porto (onde residiam 12%) e Coimbra (4%).

A docência é ainda uma das principais aplicações profissionais exercidas pelos sociólogos, quer no ensino superior (33,2%), quer no secundário (5,6%) quer, ainda, no primário (8,3%). No entanto, verifica-se já a existência de uma relativa multiplicidade de papeis profissionais, com 34,6% dos sociólogos a exercerem actividades científicas e técnicas não docentes, 3,2% de directores e quadros dirigentes e 15,1% com outras profissões.

As instituições onde trabalhavam os sociólogos presentes no II Congresso Português de Sociologia eram o ensino e investigação universitária (31,8%), centros de investigação não universitários (3%), escolas superiores de educação e ensino politécnico (7,7%), ensino superior privado (2,5%), ensino primário, secundário e outro (6,5%), empresas de serviços (8,4%), empresas industriais (2,7%), administração pública (11,6%), serviços públicos (8,8%), autarquias (13,5%) e outros (3,5%).

Os diversos papéis profissionais exercem-se, pois, em diversos contextos institucionais, que vão das empresas e organizações até ao ensino e investigação, passando pelas autarquias e actividades ligadas ao desenvolvimento regional, à cultura e comunicação e à administração pública e políticas sociais.

Nas empresas e organizações os sociólogos trabalham, mais frequentemente, em áreas como a gestão de recursos humanos, a formação profissional, a monitoragem da introdução de novas tecnologias e o planeamento e condução da mudança organizacional, a implementação e acompanhamento de novas formas

de organização do trabalho, a gestão da qualidade, a cultura de empresa, o planeamento estratégico e, ainda, o *marketing* e relações públicas.

Nas autarquias e organismos ligados ao desenvolvimento regional os sociólogos podem desenvolver tarefas relacionadas com o planeamento regional e local, o planeamento e intervenção urbanística, a animação local, a reabilitação urbanística e do ambiente, a protecção civil, os projectos de desenvolvimento regional e local, o ensino e a protecção social e, ainda, como agentes de desenvolvimento.

Na área da cultura e comunicação os sociólogos podem ser responsáveis por actividades de animação cultural, de requalificação e protecção do património, de gestão da cultura e das políticas culturais, de *marketing* e publicidade, de comunicação empresarial, de comunicação social ou nas actividades editoriais.

Quando trabalham na administração pública ou em organismos ligados às políticas sociais, os sociólogos podem ocupar-se em projectos de luta contra a pobreza e a exclusão social, na reinserção social de ex-presidiários, no ensino e na administração escolar, na saúde e na administração hospitalar, no emprego e formação profissional, na avaliação de projectos e programas de política social e em projectos de intervenção multicultural.

Finalmente, os sociólogos trabalham, com frequência, no ensino e na formação, na investigação científica, em empresas de estudos e projectos, em gabinetes de estudos e planeamento, em sondagens e estudos de mercado, na produção de estatísticas e na análise de dados e, ainda, em projectos diversos de investigação-acção.

Aos principais tipos de contribuições gerais que enunciámos acima, outras se podem referir num plano mais profissional<sup>1</sup>. Por exemplo, as que resultam da particular capacidade relacional e competência negocial dos sociólogos, das competências pedagógicas que desenvolveram e dos seus conhecimentos metodológicos tanto no uso de técnicas quantitativas como qualitativas, extensivas e intensivas.

Não obstante a juventude da sociologia em Portugal, os sociólogos portugueses, juntamente com colegas das outras ciências sociais com os quais tendem a integrar cada vez mais equipas pluridisciplinares, realizaram um trabalho notável. Tal esforço dirigiu-se, antes do mais, para a reprodução alargada da profissão e, depois, para a pesquisa sobre a realidade portuguesa, já razoavelmente conhecida. Por fim, em anos mais recentes, para além da continuação dos dois processos anteriores, os sociólogos têm vindo a dedicar alguma atenção à sua organização profissional.

O principal instrumento de reprodução alargada da profissão são as licenciaturas de sociologia. A primeira que se organizou em Portugal, em 1974, foi a do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Depois foram criadas novas licenciaturas na Universidade de Évora (1979), na Universidade Nova de Lisboa (1979), na Universidade do Porto (1985), na Universidade da Beira

<sup>1</sup> A este propósito ver ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA, FERNANDO LUÍS MACHADO e ISABEL VALENTE (orgs), *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, APS, Secção do Campo Profissional, Lisboa, 1990.

Interior (1986), na Universidade de Coimbra (1988), no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (1988) e na Universidade do Minho (1989). Generalizou-se, entretanto, a presença de disciplinas de introdução à sociologia nos currículos de licenciaturas de muitas outras áreas científicas. Estes são, também, indicadores da crescente solicitação social de contribuições da disciplina.

O trabalho de descoberta da realidade social portuguesa tem tradução material nos inúmeros relatórios de pesquisa produzidos, numa quantidade apreciável de livros publicados, na edição regular de cerca de seis revistas e na produção abundante de teses de licenciatura, mestrado e doutoramento. Mas a maior demonstração do esforço feito a este nível consiste no número de comunicações nos Congressos Portugueses de Sociologia, de que já se realizaram dois, o primeiro em 1988 e o segundo em 1992. No primeiro Congresso foram realizadas mais de 75 comunicações, ao passo que no segundo se realizaram cerca de 130, quase todas elas no seguimento de pesquisas sobre a realidade portuguesa<sup>1</sup>.

Para além dos congressos, organizados pela Associação Portuguesa de Sociologia, esta organiza outras acções de debate científico e sobre os problemas da profissão<sup>2</sup>. Universidades, centros de estudos e associações científicas e profissionais têm igualmente organizado inúmeros congressos, colóquios, encontros, conferências, entre uma multiplicidade de actividades que vão dando, a par das publicações que daí resultam, público testemunho do trabalho científico feito pela sociologia, ao mesmo tempo que reúnem sociólogos para reflectirem sobre os problemas da sua ciência e da sua profissão.

A Associação Portuguesa de Sociologia, com os seus perto de 750 associados, tem naturalmente um papel central na organização profissional dos sociólogos, nomeadamente através das actividades da sua Secção do Campo Profissional. Foram essas actividades que deram origem ao Código Deontológico aprovado no Congresso de 1992, pelo qual os sociólogos voluntariamente se regem.

A maior presença de sociólogos na sociedade portuguesa, que se associa ao crescimento do número de alunos nas diversas licenciaturas, a dinâmica de crescimento da pesquisa e do debate científico, o aumento do número de publicações, uma maior presença de sociólogos nos órgãos de comunicação de massas, a maior participação dos sociólogos nas organizações e nas instituições desempenhando múltiplos papéis profissionais, são factores que se traduzirão no crescimento da visibilidade da sociologia e dos seus contributos, os quais por sua vez serão vertidos em novos instrumentos que a sociedade possui para se pensar a si própria e para lidar com os seus problemas.

<sup>1</sup> O conteúdo destas comunicações está disponível através da publicação das actas dos Congressos. Cf. Vários, *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (2 vols), Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990 e Vários, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1993.

<sup>2</sup> O último, realizado em Vila do Conde em 1993, deu também origem à publicação das actas, com título idêntico ao do próprio Encontro: *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, APS, Lisboa, 1994.

Texto 4 – Pinto, José Madureira Pinto (2007). *Indagação Científica, Aprendizagens escolares, reflexividade social*. Porto. Edições Afrontamento. pp. 90-110

## 2. PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

**2.1.** O futuro da Sociologia no nosso País vai depender, evidentemente, antes de mais, da própria natureza e ritmo de transformação da sociedade portuguesa.

E isso não apenas pela razão óbvia de que tais transformações, impondo uma mudança de referentes, acabarão por interferir na selecção de objectos e na configuração dos resultados da análise, mas também porque será a partir delas que se definirão constrangimentos estruturais precisos em matéria de procura, produção, difusão e apropriação dos conhecimentos sobre o social.

O primeiro aspecto leva-nos a ponderar até que ponto a sociologia portuguesa vem revelando capacidade para analisar, sem desfasamentos ou inibições notáveis, a diversidade e complexidade de dimensões em que se desdobra o processo de mudança social em Portugal.

No curto período de três décadas, o país assistiu, como é sabido, a uma viragem política de enorme alcance (fim do regime colonial, democratização do aparelho de Estado, integração na União Europeia, ela própria em alargamento), a mutações muito significativas nas estruturas produtivas (acentuada perda de importância económica da agricultura, desindustrialização e reestruturações industriais, terciarização, exposição acrescida à concorrência internacional), a mudanças do próprio regime demográfico (baixa acentuada das taxas de natalidade, duplo envelhecimento, alteração de padrões migratórios), bem como dos padrões de ocupação do território, a recomposições sensíveis na estrutura de classes, à génese de novos protagonismos sociais, a evoluções inéditas na morfologia das famílias, nas relações de conjugalidade e de género, a um processo acelerado de escolarização das gerações mais jovens (não isento, aliás, de complexas contradições), a realinhamentos das práticas culturais sob o impacto dos *media* e do processo de urbanização, a novos processos de vulnerabilização, empobrecimento e exclusão social – e não seria difícil prolongar este enunciado dos principais vectores de transformação da sociedade portuguesa nas últimas décadas.

Pois bem: uma análise descomprometida, mas atenta, do trabalho desenvolvido pelos sociólogos portugueses não pode deixar de revelar que eles têm acompanhado, sem dificuldades de maior, a complexidade dos processos sociais e das mudanças institucionais em curso. Obras como *Portugal: um retrato singular* (coordenada por Boaventura de Sousa Santos), *Portugal: que modernidade?* (coordenada por José Manuel L. Viegas e António Firmino da Costa) ou, em registo acentuadamente mais didáctico, *Introdução à sociologia* (coordenada por João Ferreira de Almeida), bem como, ainda, o balanço proposto pela *Revista Crítica de Ciências Sociais* sob o lema «Vinte anos de teoria social», constituem exemplos de que o fluxo de contribuições para o conhecimento da formação social portuguesa ultrapassou definitivamente a fase de «acumulação primitiva», mostrando-se disponível para propor interpretações fundamentadas sobre a sua evolução recente e, com isso, estabelecer patamares firmes para novos, e cada vez mais aprofundados, caminhos de investigação<sup>120</sup>.

(120) Obra igualmente digna de registo, na perspectiva de uma consolidação de conhecimentos sobre a sociedade portuguesa, é, sem dúvida, *A situação social em Portugal, 1960-1995* (coordenada por António

O facto de as obras agora citadas interrogarem a diversidade de mudanças ocorridas na sociedade portuguesa à luz de um quadro global de teorização que a encara como sociedade semiperiférica ou de desenvolvimento intermédio dá a entender, entretanto, como já insinuámos, que a chegada à idade adulta não conduziu a sociologia portuguesa a um alinhamento sem princípios relativamente a pressupostos e programas de investigação consolidados, nos países centrais, em torno de conceitos, metodologias e referentes com as suas próprias especificidades.

Eis um traço da sociologia portuguesa que, sem prejuízo de uma forte implicação na definição de uma agenda europeia para as Ciências Sociais, conviria preservar. E isso tanto mais quanto, como é previsível, se venha a acentuar no futuro a tendência para a sua internacionalização e dependência face a financiamentos definidos em instâncias supranacionais.

**2.2.** A internacionalização da produção dos saberes no domínio das ciências sociais, medida através de indicadores tais como «Porcentagem de publicações em colaboração internacional, por disciplina» ou «Número de países participando em colaborações científicas com um dado país», é um processo que, apesar de se ter acelerado muito nas duas últimas décadas, obedece a ritmos menos intensos do que noutras áreas. A leitura de informação reportada a Portugal dá conta, neste plano, de uma taxa de crescimento da participação dos cientistas portugueses nos circuitos internacionais particularmente elevada durante a década de noventa. O efeito de atracção da União Europeia na configuração dos referidos circuitos, que é forte em todos os países que nela se integram, reveste-se, igualmente, em Portugal, de um significado especial<sup>121</sup>. Fará, pois, todo o sentido levar em conta as conclusões a que tem chegado alguma reflexão sobre a europeização dos espaços científicos nacionais, que acompanha o movimento de consolidação da União no seu conjunto.

O esforço de síntese tentado, a este respeito, por Bénédicte Zimmermann acentua alguns pontos importantes.

Em primeiro lugar, o de que a multiplicação de procedimentos que visa enquadrar, a montante e a jusante, o trabalho de pesquisa propriamente dito tem conduzido, por um

Barreto), posteriormente actualizada para o período 1960-1999. Distingue-se, contudo, muito claramente, das que vão referidas no corpo do texto, uma vez que nela se optou por estudar a evolução da economia e da demografia portuguesas, bem como algumas das políticas sociais desenvolvidas no período de referência, com exclusão de muitas temáticas consensualmente consideradas, na comunidade científica internacional, como sociológicas. Situando-se, a este último respeito, num tom que oscila entre a «grande síntese» e o alinhamento de um grande e meritório conjunto de indicadores sociais, não admira que o trabalho ignore completamente a já extensa bibliografia sociológica sobre as transformações recentes da sociedade portuguesa. Em *Portugal: que modernidade?*, por exemplo, são referenciadas muitas centenas de títulos (livros e artigos) com estas características. Só um acaso histórico absolutamente insólito permitiria tornar tão vasta literatura numa amálgama de inutilidades legitimamente ignoráveis numa obra sobre a evolução recente da sociedade portuguesa.

(121) Ver, sobre estas questões, Yves Gingras, «Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 141-142, Paris, Seuil, 2002.

lado, a um excesso de burocratização e, por outro, a uma hierarquização das temáticas política e financeiramente aceitáveis. O risco de assim se difundir uma espécie de «*prêt-à-penser*» europeu, fomentador de intensa actividade de «*lobbying*» e de uma reconversão de investigadores de mérito em gestores de projecto ou mesmo técnicos de *marketing*, pode então sobrelevar o impulso de criatividade e de procura de excelência que a internacionalização do campo científico tende, em princípio, a estimular.

O segundo efeito da europeização da pesquisa anotado pela autora, e que caminhará a contracorrente de aquisições fundamentais da crítica epistemológica pós-positivista, é o da lógica concorrencial que tem sustentado o acesso aos financiamentos estar a induzir «o desenvolvimento de pesquisas quantitativas ou aplicadas em detrimento de trabalhos mais abstractos e teóricos» e uma cultura da quantificação e da avaliação em desfavor da análise de situações concretas de interacção social. Nestas circunstâncias, a Economia, nomeadamente na versão neoclássica, além de poder beneficiar de vantagens no acesso aos financiamentos, tenderá a erigir-se em modelo de referência, transponível para outros quadros disciplinares.

O terceiro efeito – sem dúvida, potencialmente virtuoso – reside no estímulo à cooperação multilateral entre investigadores e equipas de diferentes países, circunstância que, se não conduzir à tentação fácil da mera agregação de dados produzidos nos contextos envolvidos, permitirá superar os limites das tradições teóricas nacionais, tanto mais quanto, como defende Anthony Giddens, são europeus, hoje, os pólos de desenvolvimento de teoria social mais influentes no campo<sup>122</sup>.

Um avanço no sentido da abordagem pluridisciplinar da realidade social, com todas as implicações que daí podem advir em termos de reformulação e descoberta de objectos e procedimentos científicos inovadores, é outra das consequências positivas que o modelo de internacionalização da pesquisa posto em prática pelas instâncias europeias conseguirá, em princípio, estimular.

A possibilidade de o intercâmbio entre tradições científicas nacionais e disciplinares diversificadas se reduzir, nos programas europeus, designadamente na fase de operacionalização da pesquisa, à mera justaposição de procedimentos e à agregação acrítica de resultados constitui outra consequência – e esta negativa – da participação das comunidades científicas nacionais no projecto europeu<sup>123</sup>.

Acresce, e a observação pertence agora a Maria Eduarda Gonçalves, que a internacionalização da pesquisa tem andado a par e justificado algum recuo ou hesitação dos gover-

(122) Anthony Giddens, *En defensa de la sociología*, Madrid, Alianza Editorial, 2001, p. 15. Pierre Bourdieu, Niklas Luhmann e Ulrich Beck são os três nomes referenciados por A. Giddens para apoiar a ideia de que os principais pólos de irradiação teórica em sociologia se localizam actualmente no espaço europeu.

(123) Bénédicte Zimmermann, «Introduction», in Bénédicte Zimmermann (dir.), *Les sciences sociales à l'épreuve de l'action. Le savant, le politique et l'Europe*, Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2004, p. 6-12.

nos nacionais no apoio e acompanhamento da investigação científica nos seus países. Em particular, diz a autora, «a participação de Portugal nas organizações internacionais e, hoje, principalmente, na Comunidade Europeia tem tido o efeito de transferir para as instituições comunitárias uma parte importante das funções políticas e de regulação antes situadas na esfera do Estado. Do mesmo passo, tendem também a ser transferidas para a Comunidade as relações de fé e dependência associadas tradicionalmente à autoridade estatal. A Comunidade é correntemente apresentada como uma instituição competente, bem informada e garante de boas decisões»<sup>124</sup>.

**2.3.** No nosso país, não parece possível, aliás, consolidar dinâmicas científicas progressivas sem um criterioso e continuado apoio financeiro do Estado quer às Universidades, instituições que, neste domínio, continuam, entre nós, a concentrar, embora em grau decrescente, competências e meios com importância decisiva, quer ao já vasto e assaz dinâmico conjunto de espaços institucionalizados de investigação científica meramente adjacentes ou mesmo independentes em relação ao sistema de ensino superior.

O argumento de que o referido apoio poderia ser reduzido, sem inconveniente de maior, através de um grande dinamismo no âmbito da «prestação de serviços» – argumento esse que encontra no conhecido processo de transmutação ideológica da necessidade em virtude um veículo privilegiado de legitimação – merece ser contrariado. De facto, sem a salvaguarda de espaços de independência na eleição e formulação de problemas e na construção de métodos, sem uma abertura à controvérsia e criação teóricas – qualidades que, pelo menos em Portugal, só o financiamento público à pesquisa permitirá assegurar com a amplitude e regularidade indispensáveis –, o que podemos esperar é a progressiva degenerescência da sociologia portuguesa, nas suas componentes de investigação fundamental, de investigação aplicada e de intervenção profissional. Como diz António Teixeira Fernandes, «submetendo-se à lógica económica, (a sociologia) torna-se meramente instrumental, não produzindo conhecimento, mas respondendo apenas a solicitações concretas, com preocupações imediatistas»<sup>125</sup>. Em última análise, e a prazo, será, aliás, a própria qualidade global da prestação de serviços a ressentir-se das restrições orçamentais impostas à pesquisa.

Para se ter uma ideia da influência específica que quer as orientações políticas globais, quer os modelos organizacionais do campo científico e profissional têm em termos de oferta de produtos-conhecimento e modos de intervenção, bastará pensar no efeito que foram tendo, em Portugal, nos últimos anos, as mudanças de critérios em matéria de financiamento à pesquisa nas suas componentes nacional e europeia (abertura *versus*

(124) Maria Eduarda Gonçalves, «Mitos e realidades da política científica portuguesa», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 46, Coimbra, CES, 1996, p. 63.

(125) António Teixeira Fernandes, «Ensino, investigação e profissionalização», in Carlos Manuel Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (coords.), *Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação*, Porto, Departamento de Sociologia da FLUP, 2004, p. 89.

fechamento a saberes «moles»; mono *versus* interdisciplinaridade; polarização da investigação em grandes «áreas temáticas» *versus* pulverização voluntarista de objectos; disseminação de recursos *versus* concentração em centros «de excelência»; imposição de lógicas de rede transnacionais *versus* «nacionalização» das metodologias de pesquisa, etc.).

Acontece, entretanto, que, no domínio específico das ciências sociais, a quantidade e qualidade da oferta e, antes disso, a própria natureza da procura «solúvel» de conhecimentos/intervenções (que é a componente da procura social global assumida/«validada» pelos campos da «Ciência» e da «Profissão») depende igualmente do peso específico e da qualidade das próprias políticas sociais. Sempre que estas ocupam um lugar de relevo nas orientações políticas globais e, além disso, se assumem como «conhecimento-intensivas», tende a aumentar o volume de projectos/encomendas desenvolvidos.

Existem, aliás, modos de encarar o relacionamento da Universidade e das instituições de investigação «com a comunidade» menos dependentes das variações conjunturais de financiamento público, os quais, a desenvolverem-se, poderão promover os estudos sociológicos em Portugal.

É o caso de uma «ligação ao meio» entendida como participação activa e tanto quanto possível informada na transformação da sociedade nas suas múltiplas dimensões. Não que a Universidade e outros sectores do sistema científico possam ou devam substituir-se, nesta vertente de intervenção, às instâncias mais convencionais de decisão política: o que importa é que se insiram, como dinamizadores *sui generis*, no movimento de mudança democraticamente induzida do espaço social, ousando atribuir-se a iniciativa da concepção, realização e avaliação de projectos de investigação/intervenção social de qualidade.

Podendo oscilar entre, por um lado, o modelo da «oferta que cria a sua própria procura» e, por outro, o da explicitação de procuras latentes emergindo de «configurações problemáticas»<sup>126</sup> que suscitam a atenção, embora não necessariamente a voz, de não-eruditos (que, plausivelmente, serão também não-dominantes), tal perspectiva tem a virtualidade de apontar domínios de incidência da análise sociológica com grande amplitude: desigualdades no acesso (e disfuncionamentos na prestação) no sistema de ensino ou nos serviços de saúde; obstáculos à democratização da fruição e sobretudo da produção cultural; proliferação de toxicodependências; problemas dos idosos e do envelhecimento; luta contra a pobreza e exclusão; questões do alojamento e da renovação urbana; precarização das condições de trabalho e do emprego; produção da opinião pública e participação política... E a lista pode prolongar-se quase indefinidamente, tão variados são, num país como Portugal, os factores de desigualdade e de vulnerabilidade sociais, por um lado, e as lacunas e insuficiências do Estado de Bem-Estar, por outro, e tantas, por conseguinte, as responsabilidades da administração pública como um todo no seu aperfeiçoamento.

(126) Sobre esta noção de «configuração problemática», que se refere a questões que «perturbam a vida social, deslocam o funcionamento das instituições, ameaçam de anulação (*invalidation*) categorias inteiras de sujeitos sociais», cfr. Robert Castel, «La sociologie et la réponse à la demande sociale», in Bernard Lahire, *À quoi sert la sociologie?*, Paris, Éditions La Découverte, 2002, esp. p. 71.

### **PARTE III: CONTRIBUTOS PARA REPENSAR A AGENDA E A INTERVENÇÃO PÚBLICA DA SOCIOLOGIA PORTUGUESA**

#### **1. NECESSIDADES SOCIAIS, ENUNCIÇÃO PÚBLICA DE PROBLEMAS, CONHECIMENTO SOCIOLÓGICO**

**1.1.** Qualquer avanço na direcção que acaba de ser proposta não prescinde de uma reflexão sistemática sobre a natureza específica e funções da sociologia nas sociedades contemporâneas.

Ora, a este propósito, o primeiro aspecto a sublinhar diz respeito ao facto de os campos de produção científica serem, por força da especificidade dos instrumentos teórico-metodológicos que consagram e desde que beneficiem de condições organizacionais e de sustentabilidade financeira adequadas, geradores de problemas e de objectos de conhecimento cuja natureza e dinâmica escapam, pelo menos em parte, à influência directa das lógicas sociais («extracientíficas») globais.

É para dar conta deste facto que se tem salientado a «autonomia relativa» das ciências, sendo que um dos reveladores por excelência de tal característica é a capacidade de reformulação, no interior do campo, de procuras exógenas que, transportando, como é inevitável, marcadores da respectiva carga genética (socialmente determinada, como não podia deixar de ser), nem por isso são incompatíveis com uma retradução de acordo com as dinâmicas progressivas do conhecimento científico.

Estas últimas, ao darem lugar, por outro lado, a uma espécie de procura endógena de complexidade, que só a incorporação das competências e exigências de reflexividade próprias do ofício permite alimentar, conduzem a um movimento permanente de ampliação e auto-reestruturação do próprio elenco dos problemas científicos relevantes.

Ora, na sociologia, quer a capacidade, que está em princípio ao seu alcance, de desvendar, por detrás ou para além dos disfuncionamentos manifestos da sociedade, os nós estruturais que os geram e reproduzem, quer essa outra que consiste em reconduzir comportamentos individuais a propensões incorporadas e colectivamente partilhadas, e estas últimas a campos de relações sociais com consistência própria, conferem-lhe, em princípio, vantagens comparativas incontornáveis no movimento sempre inacabado, e que não tem de ser unidireccional, de fixação dos problemas («sociais» e «sociológicos») a enfrentar.

Assim, por exemplo, se não faz sentido recusarmos a importância da toxicodependência ou da delinquência juvenil como problemas sociais, tudo aponta para que, em nome do realismo sociológico, tenhamos de indagar se não será também, e antes disso, problema o desajustamento, que, aliás, parece agravar-se nas sociedades contemporâneas, entre as expectativas criadas pela escolarização e outras engrenagens de socialização, por um lado, e as oportunidades de efectiva participação dos jovens no trabalho, na criação cultural e na vida cívica, por outro.

Reconheçamos que a criminalidade em meio urbano é um problema social. Mas não o

será igualmente o desemprego estrutural ou o inemprego juvenil, bem como, noutro plano, a progressiva desertificação dos espaços públicos, imputável, em grande parte, à voracidade da especulação imobiliária e a certas estratégias de competitividade desenhadas para as grandes cidades? E a proliferação de florestas de cimento armado de alguns subúrbios, autênticos reservatórios de mão-de obra desqualificada e de quotidianos sem horizonte, nada terá a ver com a insegurança de que fundadamente se queixam os cidadãos? Será o congestionamento urbano o problema social a resolver ou residirá ele, sobretudo, nos modelos dominantes de desenvolvimento regional e de difusão de mitologias consumistas? Constituirá a ausência de participação política dos cidadãos o problema essencial que as democracias estabilizadas têm de contornar, ou estará ela, de facto, relacionada, em primeira linha, com as instituições e processos mediáticos de formação compulsiva de opiniões e dissidências que o «poder democrático», ele próprio, promove a instrumento de legitimação ideológica principal? Perante défices de produtividade iniludíveis, será a modernização tecnológica o problema-chave a considerar, ou, por outro lado, devem as preocupações deslocar-se, sem perder de vista aquela componente, para o terreno da inovação e mudança organizacional e da humanização das condições de trabalho, quer nas empresas, quer na administração pública?

Não se trata de fugir aos desafios concretos que, no exercício da sua actividade, se colocam aos sociólogos: estes não podem deixar de estar preparados para pensar os problemas que os cidadãos, os meios de comunicação ou as instâncias oficiais e oficiosas designam como problemas sociais (até porque, convém lembrá-lo, a sua formulação incorpora implicitamente conhecimento sociológico produzido anteriormente e difundido em circuitos de reflexividade mais ou menos densos e acessíveis). Mas o que também não devem ignorar é que, pela formação específica que adquiriram, e que os leva a modos peculiares de interpretar e observar os comportamentos em sociedade, está igualmente ao seu alcance formular um conjunto de problemas que, noutros entendimentos, ou não existem ou são recalçados.

**1.2.** É normal admitir-se que a margem de autonomia relativa atribuída ao modo de produção científica se desvanece significativamente no campo da «Profissão», desde logo pelo facto de, perante disfuncionamentos/incidentes/problemas sobredeterminados por critérios de urgência, ser mais reduzida, aqui, a possibilidade de fazer intervir, com autonomia, a panóplia de instrumentos e outras condições «infra-estruturais» (uso distenso do tempo de trabalho, promoção da crítica cruzada entre pares...) próprios da reflexividade científica.

Importa, contudo, não absolutizar a distinção entre «Ciência» e «Profissão», promovendo, bem pelo contrário, as inter-relações entre ambas.

Neste sentido, todas as soluções prático-institucionais (a nível de circuitos de difusão cruzada de informação, criação de interfaces de formação permanente, etc.) que permitam transportar para o campo profissional as rotinas da reflexividade sociológica e os correspondentes «interesses de conhecimento» e que, reciprocamente, fomentem, no campo

científico, a atenção à «força das coisas» implícita no devir histórico do mundo a que tão ligados estão os destinos individuais concretos, todas essas soluções, dizia, podem, em termos globais, contribuir fortemente para revolucionar o processo de construção de conhecimentos/intervenções sobre o social nas suas componentes fundamentais de problematização e invenção de hipóteses, mas também no da própria análise observacional. Sem necessariamente subscrever, com esta defesa implícita de um diálogo aberto com os profissionais «de terreno», um qualquer populismo epistemológico que veja na «prática» a via mais genuína para a descoberta dos «problemas reais» e na «teoria» o pernicioso ecrã que os obscurece, valerá a pena acentuar que esse diálogo poderá contribuir de forma original para contrariar o obstáculo escolástico-formalista que o investimento nas operações de distanciação objectivante potencialmente arrasta.

Como já dissemos, a Associação Portuguesa de Sociologia, com a sua perseverante aposta em federar todos os profissionais da sociologia a partir de uma implicação conjunta na discussão dos principais tópicos da agenda da disciplina, tem constituído um bom exemplo do quanto é possível fazer, no plano organizacional, em prol do avanço do conhecimento sobre o social.

Mas o cruzamento de saberes sobre o social, com todas as implicações que pode ter na perspectiva de uma reformulação da agenda da sociologia que não se conforme com visões restritivas e demasiado estáticas sobre o que é a «utilidade» da disciplina, merece ser aprofundado em muitas outras direcções.

**1.3.** Uma das mais estimulantes possibilidades em aberto, porém assaz inexplorada, traduz-se na integração da componente de análise sociológica em projectos de investigação aplicada ou de intervenção delineados sob a égide de saberes técnico-científicos pertencentes a outras áreas do conhecimento.

É um passo que aponta no sentido da própria diluição de fronteiras entre problemas técnicos e problemas sociais (ambição bem distinta, convém frisá-lo, da tentação de superação fácil de fronteiras referenciais e teórico-metodológicas entre o universo das Ciências Físicas e da Natureza, de um lado, e o das Ciências Sociais, de outro).

Se a construção de uma auto-estrada ou de uma grande ponte já vai exigindo a elaboração de estudos de impacte ambiental, custa a aceitar que essa mesma construção, ou a abertura de novas vias de escoamento de tráfego em tecidos urbanos densos, ou a implantação de grandes empreendimentos industriais, terciários e habitacionais em espaços que levaram dezenas de anos a estabilizar referências identitárias essenciais para as populações, não sejam, por princípio, precedidas, informadas e acompanhadas, nas suas complexas dinâmicas de inserção no território humanizado, por minuciosos estudos de impacto social, em que obviamente o contributo dos sociólogos é fundamental.

Muitos dos problemas com que hoje nos debatemos – delinquência juvenil e violência urbana, solidão e silenciamento social nos campos e nas cidades, degradação do parque habitacional nos grandes centros urbanos e seus subúrbios, emergência de novas formas de pobreza e exclusão social – não teriam chegado a ter a perturbante expressão que hoje têm

se os recursos teóricos e metodológicos da Sociologia tivessem sido mobilizados a tempo, sem censuras ou anacrónicas reservas defensivas, nas instâncias de decisão competentes.

A diluição de fronteiras aqui sugerida permitiria, de resto, estimular a colaboração – que, evidentemente, nunca é fácil – das Ciências Sociais com domínios do saber tão vastos como os das Ciências da Vida e do Ambiente, das Ciências de Engenharia e da Arquitectura, com efeitos previsivelmente muito positivos em termos de progressão global do conhecimento.

**1.4.** Encarar a especificidade e funções sociais da Sociologia na perspectiva de uma ampliação criteriosa da respectiva agenda científica não deve fazer esquecer que a transformação de uma «necessidade real» das populações em «problema social» (isto é, em necessidade assumida socialmente, no plano cognitivo e eventualmente prático-político, como questão a resolver) está longe de ser directa e linear.

São os próprios economistas, pouco inclinados, como se sabe, para as subtilezas do trabalho de demarcação face às evidências do senso comum e ao essencialismo de certas das suas versões eruditas, os primeiros a assumir o carácter histórica e socialmente determinado das necessidades e dos modos de as satisfazer. Ao reflectirem sobre o estatuto económico dos chamados «recursos naturais», chegam, de resto, a sublinhar que para uma porção de matéria da natureza ser considerada como bem económico, objecto de uma procura e susceptível de validação no e pelo mercado, é indispensável que previamente se reúna um conjunto de circunstâncias que façam emergir a necessidade de utilização da matéria/dotação em causa, atribuindo-lhe utilidade.

No quadro de preocupações propriamente sociológicas, a exigência de relativização da noção de «necessidade social» – que, no entanto, não tem de ser consumada em obediência a um qualquer relativismo extremado – ganha relevância acrescida. Para se ter uma ideia da precariedade de adjectivações como a que leva a falar em necessidades sociais «reais», basta pensar, por exemplo, no complexo processo que, a partir de um conjunto de riscos «objectivos» (naturais, laborais, ambientais, tecnológicos, etc.), conduz à percepção colectivamente assumida desses mesmos riscos e, através dela, à procura de protecção e prevenção socialmente organizada. Quando se alude à «invenção»/construção de riscos, o que se pretende relevar é, justamente, este lado historicizado e espacio-temporalmente determinado, portanto diverso nas formas e inércias a que se acha submetido, da emergência das necessidades e problemas sociais. Por isso, aliás, é que designações genéricas como «sociedade de risco», com que se procura caracterizar sinteticamente as sociedades contemporâneas, revelam assinaláveis limitações.

**1.5.** Feita esta prevenção, importa observar, a seguir, que a tradução de «necessidades sociais» em «aspirações»/«problemas» socialmente audíveis e reconhecidos depende em grande medida da natureza, interacções e relações de força entre «pólos de enunciação legitimados», nos quais se incluem: *media*, agentes do campo político, grupos organizados de interesses, porta-vozes de movimentos sociais mais ou menos consolidados, para

além, já se vê, dos que representam o campo científico e o campo profissional das ciências sociais.

Procurei, noutra altura<sup>127</sup>, chamar a atenção para a complexidade de trocas e intersecções simbólico-culturais subjacentes ao processo de produção de saberes sobre o social, trazendo a primeiro plano as relações que a esse respeito se estabelecem, nas sociedades contemporâneas, em geral, e na sociedade portuguesa, em particular, entre três espaços (ideal-típicos) de produção discursiva particularmente influentes: o dos discursos (que, ao limite, assumem um pendor mítico-profético) sobre a essência e o destino da portugalidade e dos portugueses que, sem deixarem de evocar alguns traços do nosso sistema social, se coíbem, por princípio, de os fundamentar com base em informação sociológica consistente e empiricamente testada (tipo **A**); o espaço discursivo constitutivo e instituinte da agenda político-mediática (tipo **B**); e o espaço, relativamente autónomo e progressivamente profissionalizado, das Ciências Sociais (tipo **C**).

As ligações e influências recíprocas entre tais espaços são mais ou menos óbvias. Assim, não é difícil reconhecer, no tom adoptado por colunistas ou editorialistas da imprensa, assim como nos operadores retórico-argumentativos de tantos políticos, marcas indeléveis da ambição essencialista dos teorizadores de tipo **A** (seja a propósito do «carácter», «índole», «estados de alma», «medos» ou «sentimentos de perda» nacionais, seja a respeito dos «seculares» e «recorrentes» défices de desenvolvimento ou «ciclos de decadência» do país)<sup>128</sup>.

É de crer que, à medida que a produção científica e a profissionalização da Sociologia se vão intensificando e consolidando institucionalmente, o vector **A**→**B** perca influência relativamente a **C**→**B** nos circuitos alargados da produção e difusão de saberes sobre o social. É uma tendência que, não deixando de colocar problemas delicados aos profissionais da sociologia, merece ser aprofundada, quer na perspectiva de um esclarecimento da opinião pública sobre as causas dos fenómenos que perturbam a vida social, quer na do próprio alargamento da agenda científica da sociologia<sup>129</sup>.

Tudo indica, aliás, que a opção que leva a fundir num único pólo (**B**) as lógicas política e mediática, não sendo arbitrária nem falsa, merece, ainda assim, alguma ponderação. De facto, à medida que, com a persistência dos factores de precarização associados à «nova

(127) José Madureira Pinto, «Tópicos para uma análise da produção de saberes sobre o social», in *Dinâmicas multiculturais – novas faces, outros olhares*, vol. I, ICS/UL, 1996.

(128) Como ilustração especialmente elucidativa da natureza e do espectro de influências ao alcance do discurso de tipo **A**, cfr. José Gil, *Portugal, hoje. O medo de existir*, Lisboa, Relógio d'Água, 2004.

(129) Para uma análise da complexidade e sinuosidade do relacionamento entre os campos jornalístico e científico e respectivas incidências na construção social de opiniões, cfr. Patrick Champagne, «Les médias et la transmission des savoirs savants», in AAVV, *Cruzamento de saberes, aprendizagens sustentáveis*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação e Bolsas, 2003 e ainda o comentário que lhe é dedicado em José Madureira Pinto, «Para um retorno ao conceito de "maîtrise symbolique"», in José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (orgs.), *Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 2006.

questão social», se tem vindo a consolidar um conjunto alargado de medidas de inserção de iniciativa do Estado, a que corresponde vasta panóplia de nomenclaturas oficiais ou oficiais, acentua-se a espessura simbólica específica destas últimas, crescendo também a sua participação no processo de construção dos saberes sobre o mundo social, nomeadamente a que se realiza no espaço relativamente autónomo das ciências sociais (C). Por outro lado, o aprofundamento das lógicas de construção mediática dos «problemas da sociedade» baseadas na dramatização dos acontecimentos (no duplo sentido de «pôr em cena» e de «extremar o lado dramático» dos factos) e da busca, paradoxalmente banalizante, do «scoop» parece interferir, cada vez mais, com força própria, quer, a curto prazo, na definição das agendas políticas, quer, a médio e longo prazos, na definição das agendas científicas.

Não está excluído, entretanto, que o peso do espaço discursivo A, designadamente sob a forma de uma «tentação de profetismo» grandemente avessa, por princípio, à observação sistemática e racionalmente controlada dos factos sociais, continue a aflorar e a insinuar-se nas instâncias de produção de saber que se exprimem através de C – afinal, o processo de autonomização das ciências sociais no interior do campo intelectual português não deixa de ser recente e está, obviamente, inacabado.

## 2. REFLEXIVIDADE SOCIAL, SOCIOLOGIA PÚBLICA E AGENDAS CIENTÍFICAS

2.1. Mas a reflexão sobre a construção da agenda da sociologia não pode deixar de aludir a um espectro de pólos de enunciação e de registos discursivos bastante mais vasto e complexo do que o contemplado anteriormente. De facto, estando em causa assinalar processos de produção de sentido como os que conduzem da identificação de «necessidades sociais» à sua imposição como «problemas sociais a resolver» – os quais envolvem, em sociedades altamente diferenciadas e multipolares no plano simbólico como são as nossas, agentes e regimes de enunciação muito diversos e interdependentes –, impõe-se ampliar claramente o âmbito da questão.

Uma referência às concepções sobre «reflexividade» e «modernização reflexiva» nas sociedades contemporâneas faz aqui todo o sentido<sup>130</sup>. De facto, entre as propostas que, neste âmbito, têm gerado consenso, destacam-se duas: a que sublinha a tendência para autoconfrontação dos cidadãos com a sociedade de risco, o que obviamente levanta a questão do modo como percebem, problematizam e politizam as ameaças, incertezas e inseguranças geradas pelos modelos de desenvolvimento e de sociedade dominantes; e a que acentua a participação crescente da auto-análise e dos «saberes periciais», incluindo,

(130) Ver, por exemplo, Ulrich Beck, «A reinvenção da política», in Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Modernização reflexiva*, Oeiras, Celta, 2000 e Anthony Giddens, *The consequences of modernity*, Cambridge, Polity Press, 1990.

em lugar de destaque, os oriundos das ciências sociais, na vida pessoal e institucional e na monitorização corrente da acção.

Uma leitura «optimista» destes processos acentuará a ideia de que as sociedades de «modernidade reflexiva», incorporando embora verdadeiros multiplicadores sociais de incerteza e de risco, difundem paralelamente disposições susceptíveis de os antecipar como problema, apelando, além disso, cada vez mais, para formas cientificamente fundamentadas de os equacionar e resolver.

Já uma visão mais desencantada dos processos sociais em causa levará a enfrentar importantes complexidades, desde logo no domínio da enunciação pública de problemas sociais, por forma a relativizar o alcance de alguns princípios das «grand theories» sobre a alegada transparência das sociedades ditas reflexivas e de risco em relação a si próprias<sup>131</sup>.

Parece útil invocar, a respeito de tais complexidades, a conhecida proposta interpretativa de Diana Crane sobre os processos de circulação das formas culturais nas sociedades contemporâneas<sup>132</sup>.

Em alternativa à dicotomia cultura popular/cultura erudita, importa, segundo a autora, considerar três grandes tipos de organização cultural (e sublinho o substantivo – *organização* cultural): o dos meios de difusão em grande escala, nacional ou internacional, a que acedem ou estão expostos os cidadãos na sua generalidade («*core domain*»), o dos meios com menor alcance, «disseminando cultura numa base nacional, mas para subgrupos diferenciados normalmente segundo a idade e o estilo de vida» («*peripheral domain*»), e o dos que «produzem e difundem em contextos urbanos para audiências locais» («*urban culture*»), diz ela, mas porque não, antes, «*local culture*»?).

As dinâmicas culturais contemporâneas, sugere Diana Crane, caracterizar-se-ão pela «tensão entre a tendência dos "*core media*" para dominarem todo o sistema e a constante proliferação de organizações culturais novas nos domínios periférico e local»<sup>133</sup>. Não obstante a crescente internacionalização e oligopolização da informação e da produção cultural, não está excluída a possibilidade de os espaços não centrais se oporem à estandardização heterogerida dos imaginários sociais, admitindo mesmo os mais optimistas que esse será o corolário inevitável de uma ocupação cada vez mais intensa do ciberespaço pelos utilizadores individuais das novas tecnologias. A proliferação de blogues e a experiência emergente do chamado jornalismo de base («*grassroot journalism*») são dois exemplos das possibilidades de intervenção no espaço cultural e na definição dos horizontes de «aspirações-problemas sociais» ao alcance de sociedades que, cada vez mais escolarizadas, revolucionaram, além disso, as infra-estruturas tecnológicas da reflexividade e da comunicação.

(131) Esta limitação, que é, aliás, comum a vários dos teorizadores da «sociedade cognitiva» ou «sociedade do conhecimento» (ver, neste sentido, por exemplo, Nico Stehr, «Modern societies as knowledge societies», in George Ritzer e Barry Smart (eds.), *Handbook of social theory*, Sage Publications, 2003), é analisada, entre outros, por Steven Loyal, *The sociology of Anthony Giddens*, Londres, Pluto Press, 2003.

(132) Diana Crane, *Production of culture: media and the urban arts*, Sage, 1992.

(133) *Idem, ibidem*, p. 9

Não é de crer, entretanto, que estas novas formas de interlocução conduzidas a partir dos domínios periférico e local das dinâmicas culturais prefigurem uma espécie de Aldeia Global, integralmente constituída, enfim, por criadores autónomos e cidadãos emancipados, capazes de imporem a sua voz, em tempo real, em qualquer ponto das comunidades virtuais de pertença.

Por detrás do optimismo de tal perspectiva, parece, na verdade, perfilar-se equívoco semelhante ao que subjaz a algumas formulações mais voluntaristas de Habermas sobre a eficácia da razão comunicacional e das virtualidades da democracia participativa. Talvez possa sintetizar-se o equívoco dizendo que ele assenta na ideia de que a palavra tem, em si mesma, poder instituinte: «Falar, e com mais razão ainda discorrer» – acreditava Roland Barthes – «não é comunicar, como muitas vezes se diz, mas sim subjugar; toda a língua é uma regência generalizada»<sup>134</sup>. A verdade é que, do ponto de vista sociológico, parece mais adequado afirmar que o poder da palavra não é independente, e talvez seja mesmo subordinado, ao valor instituinte do enunciador. É a vez de citar Pierre Bourdieu: «Le pouvoir des paroles n'est autre chose que le pouvoir délégué du porte-parole, et ses paroles (...) sont tout au plus un témoignage et un témoignage parmi d'autres de la garantie de délégation dont il est investi»<sup>135</sup>.

É nesta perspectiva que o modelo de Diana Crane sobre a evolução das dinâmicas culturais nas sociedades contemporâneas adquire sentido e heurística. Essa evolução não depende tanto da natureza intrínseca das tecnologias de difusão a que recorrem ou do número de eventuais participantes nas trocas simbólicas envolvidos, como sobretudo dos *modos de organização* das condições de enunciação das mensagens. De facto, são eles que, em última análise, estipulam o valor de troca e o poder instituinte destas últimas no mercado simbólico e no campo das lutas pela imposição da agenda política e, derivadamente, da agenda das ciências sociais.

A transcrição desta perspectiva, em moldes adequados à problemática que aqui privilegiamos, conduzirá a interrogações como as seguintes.

Como dar corpo a colectivos com capacidade de interlocução reconhecida, no contexto de proliferação de pólos de enunciação e de nichos de produção cultural permitido pela difusão crescente de instrumentos de reflexividade? Quais são, em cada modalidade de comunicação, as condições mais adequadas a garantir o poder instituinte da mensagem, em particular no que diz respeito à transmutação de «necessidades sociais» em «aspirações-problemas sociais» e destes em «procura social de conhecimentos e de intervenção»? Que lugar e que funções estão ao alcance da Sociologia, como «Ciência» e como «Profissão», no espaço da enunciação pública em causa? Como evitar que os enunciadores do espaço local se resignem ou sejam remetidos a um localismo estreito? Como transformar, no espaço

(134) Roland Barthes, *Lição*, Lisboa, Edições 70, 1979, p. 16.

(135) Pierre Bourdieu, *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard, 1982, p. 105.

alargado da comunicação, causas periféricas com sentido universalista em causas agendáveis como universais?

Uma análise retrospectiva do que foi a formação do movimento ecologista nas últimas décadas é elucidativa a este respeito. Ela permite revelar, com efeito, como foi possível criar, através da acção conjugada de protagonistas e porta-vozes autorizados (cientistas representativos de um vasto leque de disciplinas instituídas, políticos, forças partidárias, ONG's, jornalistas, «*opinion-makers*», etc.), uma cadeia de convívios simbólico-cognitivos e socioinstitucionais (que foi também um complexo processo de legitimação social) capaz de identificar necessidades sociais até aí imperceptíveis, enunciar e agendar problemas e formular novas procuras de conhecimento e de políticas.

A verdade é que em sociedades ditas reflexivas, como alegadamente serão as nossas, persiste um conjunto de «aspirações-problemas sociais» *não enunciados*. Remetendo para a questão da elisão social (subjectiva) de riscos e vulnerabilidades estruturais (objectivos), tal persistência lembra até que ponto a subalternização de certos grupos, que incluirá, em princípio, a anulação do poder instituinte dos meios de expressão ao seu alcance, pode ser causa e consequência de autênticos «buracos negros» das agendas científica e/ou político-mediática.

A história do modo como, nas últimas décadas, foi tematizada a «nova questão social» – e importa não esquecer que qualquer tematização é sempre uma politização – pode ajudar a clarificar este ponto. Tudo indica, de facto, que, no espaço de poucas décadas, e por efeito conjunto e cumulativo de grandes transformações ao nível das relações económico-financeiras globais, de viragens radicais na forma de encarar as políticas económicas e a intervenção do Estado na vida social e de recuos na capacidade de intervenção estratégica das organizações representativas dos assalariados, se tenham configurado autênticos nós górdios de «necessidades/problemas/aspirações» sem expressão e audibilidade social proporcionais à sua delicadeza.

Terá sido a própria sociologia – pólo de enunciação com responsabilidades especiais na matéria – uma das componentes do campo intelectual e científico a, de algum modo, claudicar na apreensão cognitiva das mudanças em curso e na prevenção de alguns dos seus desenvolvimentos mais preocupantes. Assim, por exemplo, a escassa problematização a que, até certa altura, foram votadas, no domínio da sociologia das classes, questões como o desemprego, a desregulação da relação salarial, a emergência, real e ideologizada, de redes empresariais flexíveis, a segmentação do mercado de trabalho, etc. terá contribuído para, durante algum tempo, afastar a disciplina da análise das novas formas de desigualdade social, da pobreza e dos fenómenos de exclusão social e para a levar a conviver mal, não obstante antigas aproximações à problemática da subproletarização que se lhe conhecem, com noções como *underclass*, desafiliação, etc.

(136) Em Portugal, vários trabalhos realizados ou orientados por José Machado Pais constituem bons exemplos das virtualidades de uma tal perspectiva (ver, entre outros, José Machado Pais, *Ganchos, tachos e biscates*, Porto, Âmbar, 2001 e *Nos rastos da solidão*, Porto, Âmbar, 2006).

O facto de alguns desses fenómenos terem adquirido expressão em pólos de enunciação como os *media*, os movimentos sociais ou o campo da intervenção social, e de só depois disso, e eventualmente por causa disso, haverem encontrado eco adequado no quadro de problemas agendados na comunidade científica é revelador, entretanto, da complexidade dos sistemas de relações de força simbólico-social a partir dos quais se constrói socialmente, hoje, o conhecimento (incluindo o conhecimento sociológico) sobre o social, obrigando, além disso, a rever em profundidade modos convencionais (não isentos de algum sociologismo) de pensar a relação problema sociológico/problema social.

Um exemplo mais de desfasamentos notáveis entre a dialéctica «necessidades/aspirações/problemas» sociais e a sua tradução em termos de problematização e análise sociológicas prende-se com a dificuldade de apreensão dos efeitos da precarização do emprego na (in)definição de projectos de vida juvenis e, por essa via, na corrosão de sistemas de valores, normas e disposições relacionados com o modo de construir e encenar os afectos e a relação amorosa<sup>136</sup>. Facto tanto mais surpreendente quanto, por um lado, se multiplicam, na literatura e no cinema (para reter apenas dois exemplos<sup>137</sup>), os indícios de que o problema foi devidamente endogeneizado pelo campo da criação cultural e quanto, por outro, tem sido notável o investimento feito pela sociologia, ela própria, na análise das práticas culturais juvenis.

**2.2.** Admitir, entretanto, quer em termos genéricos quer em termos ilustrativos, que existe efectiva permeabilidade (e, de resto, permeabilidade virtuosa) entre pólos de enunciação na definição de problemas e procuras sociais de conhecimento não nos deve dispensar de alguma ponderação adicional. Trata-se, no essencial, de regressar a considerações anteriormente aduzidas sobre as virtualidades decorrentes da autonomização relativa do trabalho científico.

Assim, importa garantir que a abertura do ângulo de visão da sociologia nos termos indicados não conduza a qualquer recuo nos patamares de exigência teórica, epistemológica e técnico-metodológica sedimentados reflexivamente ao longo da sua história.

Vendo o problema à escala das etapas e operações de pesquisa concretas, dir-se-á, pegando na distinção que é convencional estabelecer entre «exploração», «problematização», «construção do modelo de análise» e «observação»<sup>138</sup>, que a primeira se apresenta como momento privilegiado para concretizar, no decurso dos processos de investigação sobre o social, as potencialidades heurísticas do cruzamento de saberes que temos vindo a encarar. Estando em causa, de facto, na fase exploratória, formular, em termos assumidamente precários e preli-

(137) Ver, a propósito, José Luis Sanchez Noriega, «Trabajo precario y supervivencia en el cine actual», in Rafael Díaz-Salazar (ed.), *Trabajadores precarios. El proletariado del siglo XXI*, Madrid, Ediciones HOAC, 2003.

(138) Ver, por exemplo, Raymond Quivy e Luc Van Campenhout, *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva, 1998.

minares, as questões a investigar («perguntas de partida»), nada impede, bem pelo contrário, que o experimentalismo e o «*bricolage*» de ideias, assim como um certo tipo de abdução mais ou menos selvagem, possam aí ser fomentados abertamente, remetendo-se a intervenção dos constrangimentos disciplinares e paradigmáticos (restrições, no sentido da programação linear), com o seu efeito de consolidação, mas também de enfrentamento crítico, do conhecimento adquirido, para as restantes fases do processo de pesquisa.

Esta valorização da etapa exploratória da pesquisa feita a partir da assunção do carácter diferenciado e multipolar da produção simbólico-cultural das sociedades contemporâneas – que, de algum modo, convida a uma revisitação das considerações de C. Wright Mills sobre a «imaginação sociológica» provocatoriamente lançadas há já quase meio século – não deve, pois, ser entendido como subalternização do papel específico que a problematização teórica, a invenção teoricamente fundamentada de hipóteses substantivas de pesquisa e a contrastação empírica destas últimas segundo protocolos observacionais permanentemente criticados têm no desenvolvimento do conhecimento sobre as sociedades.

Dado que a função de comando da teoria na pesquisa tem como efeitos perversos potenciais o formalismo teorístico e o fechamento escolástico, os quais se alimentam do impulso quase lúdico de multiplicar conjecturas e experiências mentais e de colocar problemas pelo prazer de os colocar (e de, eventualmente, para eles encontrar solução no plano formal) e não pela relevância de que eventualmente se revistam, faz todo o sentido – é essa a mensagem que importa sublinhar – que a etapa da exploração seja assumida como ponte, que contém seja *instabilizadora*, entre o universo prático-semiótico dos «problemas sociais» enunciados e não-enunciados e o dos problemas sociologicamente relevantes.

**2.3.** As propostas de reformulação da agenda científica da sociologia que aqui foram enunciadas apresentam pontos de convergência com as posições enunciadas, um tanto surpreendentemente, dado o local institucional de onde emanaram, por Michael Burawoy, na *Presidential Address* dirigida, em 2004, aos membros da American Sociological Association<sup>139</sup>.

Começando por assinalar a importância que «a paixão original pela justiça social, a igualdade económica, os direitos humanos, o ambiente sustentado, a liberdade política ou simplesmente um mundo melhor» quase sempre têm na construção do interesse pela sociologia, Michael Burawoy não deixa de reconhecer que as exigências do exercício profissional e de desenvolvimento das carreiras nesta área acarretam, por vezes, alguma pressão normalizadora e inibidora daquele «ímpeto moral».

Recuperar esse ímpeto com o reforço da ligação da sociologia aos «públicos» e aos «problemas sociais» (no sentido atrás proposto), não para, através de uma sociologia pública (*public sociology*), hostilizar ou ficar à margem do núcleo forte, disciplinar, da

(139) Michael Burawoy, «For Public Sociology» (2004 Presidential Address), in *American Sociology Review*, vol. 70, Fev. 2005.

sociologia (*professional sociology*), mas sim para o complementar e enriquecer – eis um desígnio que, de acordo com o autor, vale a pena assumir.

Para sustentar o seu ponto de vista, parece-lhe necessário considerar quatro grandes modalidades na divisão do trabalho sociológico.

A primeira, que Michael Burawoy designa por *policy sociology*, corresponde ao trabalho sociológico que prossegue objectivos definidos por um «cliente», de acordo com regras contratualizadas, embora com margens de autonomia variáveis. Quando atrás nos referíamos à actividade desenvolvida no pólo «Profissão» estávamos, justamente, a apontar, em termos gerais, para tipos de trabalho recobertos pela designação *policy sociology*.

Já a *public sociology*, segunda modalidade, caracteriza-se por uma interacção entre especialistas e público(s), relação dialógica envolvendo valores e objectivos não necessariamente partilhados e posições diferenciadas sobre a natureza das sociedades e o modo de as transformar. Na sua versão *tradicional*, a sociologia pública assume e instiga o debate sobre os problemas sociais que emergem no espaço público, mas mantém alguma distância em relação aos públicos, que, por isso, são mais implícitos do que explícitos. Na versão *orgânica*, a sociologia pública trabalha em conexão próxima com públicos (ou contrapúblicos) visíveis, localizados e activos, participando afinal num processo de aprendizagem mútua. Relações de complementaridade e de estímulo recíproco entre as duas variantes existem e são, segundo Burawoy, desejáveis.

Não é possível desenvolver uma sociologia pública, nem atingir objectivos profissionais credíveis nesta área, sem que uma terceira modalidade – a sociologia como disciplina científica centrada em projectos fundados num património de conhecimentos e em metodologias de investigação permanentemente testadas e susceptíveis de reformulação controlada (*professional sociology*) – obtenha condições de efectiva afirmação no campo intelectual.

Do mesmo modo que a sociologia pública actuará como uma espécie de consciência da *policy sociology*, também a sociologia crítica (*critical sociology*) – quarta modalidade considerada por Michael Burawoy – intervirá no trabalho da sociologia profissional (disciplinar, académica) como instância de interrogação sobre a validade dos seus fundamentos, pressupostos e opções e sobre o modo como se situam perante as questões: sociologia para quem?; sociologia para quê?

A afectação dos sociólogos às diversas modalidades de prática sociológica, sugere o nosso autor, é condicionada pela relação que se estabelece entre habitus sociológicos e a estrutura global do campo disciplinar, sendo que a ocupação, por um mesmo agente, de diferentes lugares no campo ao longo, ou num mesmo momento, do tempo é possível – embora, em princípio, tão mais improvável quanto mais regulado e hierarquizado se tenha tornado o campo.

No enunciado de uma das teses que compõem a sua *Presidential Address*, Michael Burawoy faz questão de sublinhar que o florescimento da sociologia beneficiará com a existência de um *ethos* partilhado que reforce a interdependência e a busca de complementaridades entre as «*professional, policy, public and critical sociologies*», dando exemplos de realizações concretas deste tipo.

Não deixa, mesmo assim, de alertar para as dificuldades de inter-relacionamento resultantes da não-coincidência dos perfis de práticas cognitivas privilegiadas nas diversas modalidades. Estas diferenciam-se, de facto, segundo ele, em muitos aspectos.

Desde logo, como é óbvio, no da própria forma de construção de conhecimento, ao privilegiarem o modo «teórico-empírico», na *professional sociology*, o modo «concreto», na *policy sociology*, o modo «comunicacional», na *public sociology*, e o modo «fundacional», na *critical sociology*. Mas a diversidade atinge também o critério de validação predominante em cada modalidade («correspondência» *versus* «pragmatismo» *versus* «consenso» *versus* «normativo», respectivamente), o da instância de controlo a que se recorre («pares» *versus* «clientes» *versus* «públicos envolvidos» *versus* «intelectuais críticos»), o do princípio de legitimação em vigor («normas científicas» *versus* «efectividade» *versus* «relevância» *versus* «visão moral»), o do objectivo «político» prosseguido («interesse profissional» *versus* «intervenção política» *versus* «diálogo público» *versus* «debate interno») e, finalmente, o do risco «patológico» que enfrentam («auto-referencialidade» *versus* «servilismo» *versus* «evanescência» *versus* «dogmatismo»)<sup>140</sup>.

O carácter alegadamente virtuoso, segundo o autor, desta interpenetração entre «sociologias», que, em face do que ficou dito anteriormente acerca da dialéctica de saberes sobre o social, de nenhum modo pomos em causa, deve entretanto ser encarado com algumas prevenções.

Em primeiro lugar, as que resultam de os efeitos da referida interpenetração não serem indiferentes ao ponto de incidência preciso em que a mesma se concretiza. Tudo o que, por exemplo, aqui se disse sobre a vantagem de remeter para a fase exploratória da pesquisa a selecção/construção de problemas científicos aponta nesse sentido. Está implícito nessas considerações que os momentos da construção de hipóteses e, sobretudo, da sua verificação empírica – onde se accionam e investem, com incidência e relevância especiais, as virtualidades específicas da interpelação e autoconfrontação sociológicas sobre e com as «asperezas» do real – ganham em manter uma distância auto-reflexiva metódica, ao alcance sobretudo das componentes académica e crítica da sociologia, relativamente às outras modalidades do «trabalho sociológico».

Há que referir, em segundo lugar, que algumas das «interpenetrações» entre «sociologias» consideradas por Burawoy podem não ter exactamente esse estatuto. Assim, basta que consideremos a «sociologia crítica», tal como ele a define, não tanto como uma «modalidade» da divisão do trabalho sociológico, mas sim como uma dimensão incorporada, pela via da reflexividade e auto-reflexividade epistemológicas, no «núcleo duro» da «sociologia profissional» – e vimos aqui como, por razões históricas precisas, essa tem sido uma tendência virtuosa da sociologia portuguesa – para termos de deixar de pensar as práticas em causa como articulações entre tipos de sociologia distintos.

(140) Para uma abordagem mais pormenorizada a esta grelha de análise, que, aliás, aqui se reproduz sem preocupações de fidelidade absoluta à terminologia adoptada pelo autor, cfr. o texto citado na nota 139, p. 15-17.

A terceira observação prende-se com o facto de a interpenetração entre modalidades (ou dimensões) do trabalho sociológico não ser indiferente à natureza dos modelos organizacionais que o enquadram. Procurámos, com uma referência desenvolvida ao papel da Associação Portuguesa de Sociologia, bem como às características particulares do magma institucional de onde emergiu a disciplina em Portugal, dar uma ideia da influência dessa dimensão no enriquecimento de perspectivas da sociologia portuguesa no seu conjunto.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resistência aos modos peculiares de interrogar a realidade e de identificar problemas sociais que caracterizam a sociologia, tal como aqui é concebida, terá sempre grande expressão e virá, antes de mais, do lado dos que esperariam encontrar nas ciências da sociedade um instrumento privilegiado para sobrelegitimar e fazer adoptar decisões já tomadas em função de juízos simplificadores e pressupostos ideológicos indiscutidos (numa lógica que Claude Grignon designa por «expertise *ad hoc*», «destinada a justificar uma decisão *a priori*»<sup>141</sup>). Não admira que, para esses, a interrogação sociológica surja, mais ainda do que a metodologia própria da disciplina, como o inverso absoluto da eficácia.

Mas, compreensivelmente, a Sociologia terá de enfrentar também as reservas, quando não a hostilidade, de outros profissionais com formação na área das ciências humanas e sociais, os quais, com frequência, a acusarão de teoricismo mais ou menos hermético e, portanto, de grande incapacidade para uma abordagem realista dos problemas sociais.

São resistências e mal-entendidos que quer a progressiva difusão do saber sociológico, incluindo o que provém da sociologia das políticas públicas, que entre nós já alcançou elevado grau de consolidação<sup>142</sup>, quer o exercício competente da profissão, ao permitirem apurar e redefinir os limites da intervenção social possível, irão atenuando. Impõe-se, aliás, que, neste processo de afirmação do ofício, a sociologia adopte em permanência uma atitude de reflexividade autocrítica, capaz, nomeadamente, de tornejar as conhecidas armadilhas do empirismo, sem, ao mesmo tempo, tropeçar nas tentações do distanciamento – intelectual, ético e político – próprio do modo de conhecimento escolástico<sup>143</sup>. Em

(141) Claude Grignon, «Sociologie, expertise et critique sociale», in Bernard Lahire, *À quoi sert la sociologie?*, já citado, p. 129.

(142) Para uma aproximação aos resultados obtidos pela sociologia portuguesa nesta perspectiva, ver Juan Mozzicafredo, *Estado-Providência e cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta, 1997, António Teixeira Fernandes, *Monotonia democrática e diluição das regulações sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 2006, Manuel Villaverde Cabral, *Cidadania política e equidade social*, Oeiras, Celta, 1997, Augusto Santos Silva, *A sociologia e o debate público: estudos sobre a relação entre conhecer e agir*, Porto, Edições Afrontamento, 2006.

(143) Para um exame aprofundado das características e limitações da disposição ou razão escolástica, que «incita a entrar no mundo lúdico da conjectura teórica e da experimentação mental, a colocar problemas pelo prazer de os resolver, e não porque eles se coloquem, sob a pressão da urgência, ou a tratar a

nenhuma outra disciplina científica se imporá, tanto como no caso da sociologia, o exercício de «vigilância da vigilância» e até «vigilância da vigilância da vigilância» – vigilância ao quadrado e ao cubo, como sugeria o avisado Gaston Bachelard<sup>144</sup>.

Em todo este movimento de tomada de consciência do papel social da Sociologia e de refinamento da autoconsciência dos próprios sociólogos – movimento esse recheado de inércias, mas também de subtis saltos qualitativos, e que não pode desligar-se dos ritmos de democratização da vida institucional –, o que se irá promovendo ainda é o próprio exercício emancipador das liberdades individuais.

Assim se vislumbra um novo domínio de aferição da utilidade da sociologia.

Dir-se-á que já se divaga quando se faz questão de invocar, a propósito da utilidade da sociologia, o diáfano tema da liberdade. De facto não é de divagação que se trata, já que a referência diz respeito a um precioso e muito concreto pedaço do nosso mínimo vital, bem como à defesa, lúcida e apaixonada, que dele pode fazer a Sociologia.

O que se quer dizer é que, ao outorgar a cada agente social e cidadão um poder acrescido de avaliação dos constrangimentos (incluindo certas mitologias da liberdade) a que estão sujeitas as suas práticas e omissões, o olhar e entendimento sociológicos tornam-se um instrumento precioso de liberdade. Como dizia Pierre Bourdieu, fazendo-se eco de antigas sugestões de sabor marxista, «todo o progresso no conhecimento da necessidade é um progresso na liberdade possível (...). Uma lei (social) ignorada é uma natureza, um destino; uma lei (social) conhecida surge como possibilidade de uma liberdade»<sup>145</sup>.

Com a fusão, num complexo de injunções que mutuamente se reforçam, dos poderes mediático, político e económico, percebe-se que não seja fácil criar no espaço público condições de enunciação adequadas à expressão das dificuldades e aspirações dos grupos sociais dominados e em processo de exclusão e, muito menos, à explanação sistemática dos factores que determinam a sua situação e minam a sua liberdade.

É, aliás, bem conhecido o risco de os constrangimentos da agenda e as técnicas narrativas privilegiadas pelos *media* contribuírem para estigmatizar e folclorizar as práticas de tais grupos. Há que contar, obviamente, a este respeito, com a auto-reflexividade dos próprios agentes do campo jornalístico, no sentido de controlarem os potenciais efeitos perversos do seu discurso.

Mas o envolvimento directo do campo intelectual, e em particular dos sociólogos, quer na identificação dos problemas sociais submersos pelas brandas censuras do senso comum ou pelas pequenas e grandes liturgias do poder instituído, quer na defesa de grandes causas construídas em torno de valores universalistas, constitui outro ingrediente básico a ter em conta no movimento para uma reorientação da agenda político-mediática.

linguagem não como um instrumento, mas como um objecto de contemplação, de deleite, de investigação formal e de análise», ver Pierre Bourdieu, *Méditations pascaliennes*, Paris, Seuil, 1997.

(144) Gaston Bachelard, *Le rationalisme appliqué*, Paris, PUF, 1949, p. 77.

(145) Pierre Bourdieu, *Questions de sociologie*, Paris, Les Editions de Minuit, p. 44-45.

Pede-se aos intelectuais, nesta tarefa destinada a reactivar o grão de inconformismo que faz parte do trabalho cultural, que revejam automatismos e operadores ideológicos que os induzem, tantas vezes, a confundir distância objectivante com desprendimento ético mais ou menos *blasé*, bem como, simetricamente, a anular essa distância objectivante (de que deviam alimentar-se em permanência) por excesso de proximidade com os estímulos do poder económico, político e audimétrico.

Hannah Arendt interrogou-se longamente, como é sabido, sobre as exigências da participação dos intelectuais no domínio público e sobre as virtualidades de pôr sistematicamente em relação pensamento e acontecimento. E também reflectiu com demora sobre os riscos de des-integração que se geram sempre que a opinião pública, posta perante ficções bem urdidas e atraentes, perde de vista, se des-interessa das condições do viver em comum. Para Hannah Arendt, a liberdade é indissociável do poder de estar presente, pela palavra e pela acção, no espaço público, mundo organizado politicamente e compartilhável.

É, hoje, iniludível a presença, nas nossas sociedades, de desigualdades económico-sociais e de processos de vulnerabilização e exclusão que, ao limite, destroem irreversivelmente redes de solidariedade mínima e capacidades comunicacionais indispensáveis à própria existência social. E vai sendo corrente tomar-se tal facto como indício de perda grave de direitos sociais básicos. Na verdade, o que está ocorrendo é mais do que isso: o que está em causa, nessas formas-limite de sofrimento não agendável, é um processo de corrosão da liberdade e, portanto, dos próprios fundamentos do Estado de Direito. Compete aos intelectuais retomar a causa universal da liberdade, levando a incluir as novas ameaças que hoje se lhe colocam no primeiro lugar das agendas políticas.

Não obstante serem frequentemente acusados de crime de especulação teórica – aliás com algum fundamento, como já vimos –, podem os sociólogos reivindicar competência específica para observarem com rigor e na perspectiva certa os processos concretos de mudança, de resistência à mudança e até de fundada contestação aos sentidos da mudança que apontam, dia a dia, as margens de autonomia de cada cidadão.

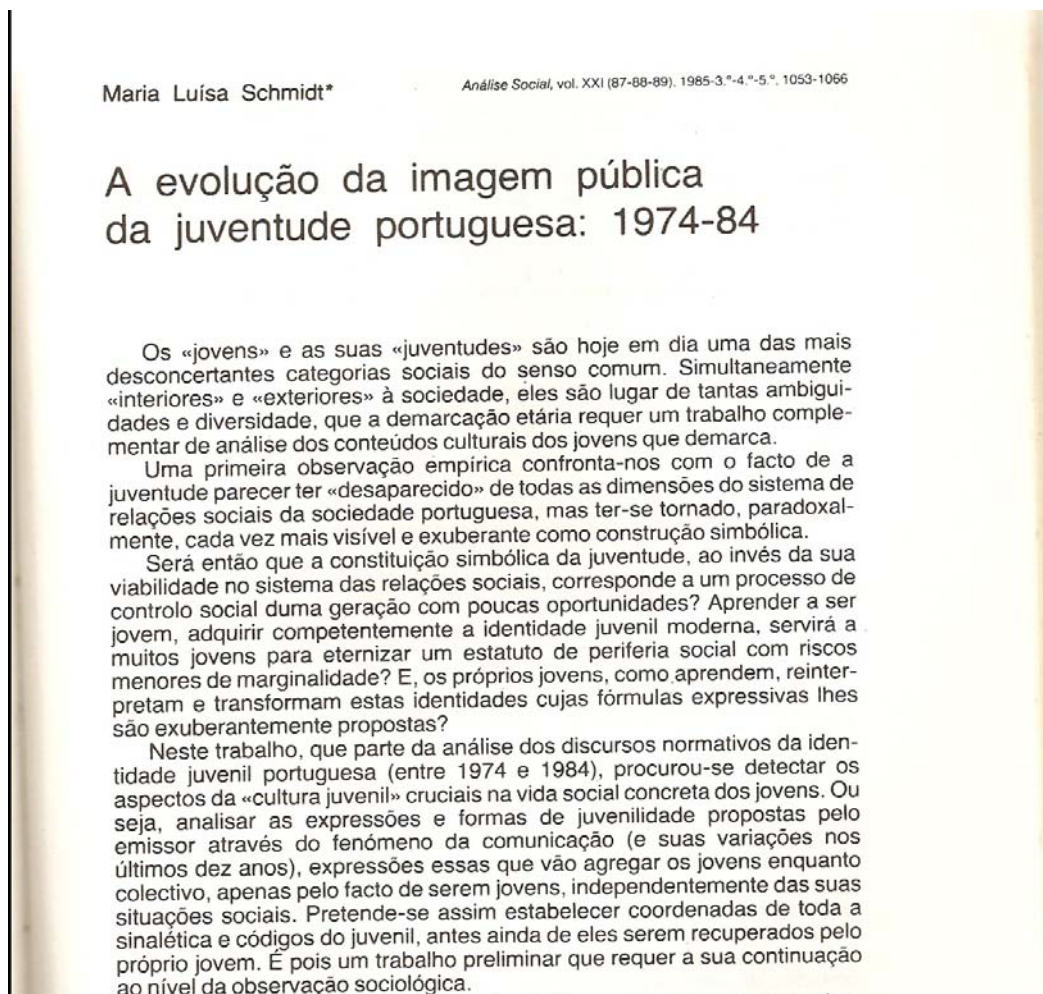
Evitando arvorar-se em profetas da desgraça ou de amanhã mal decifrados, tem de sobrar-lhes profissionalismo e sentido das responsabilidades adequados para obterem sobre a dinâmica social uma visão realista, bem como a disponibilidade necessária e suficiente para prescreverem e ampararem o que na vida sempre existe de busca de «impossíveis»... possíveis.

Num tempo em que aprendemos a desconfiar de Grandes Utopias, mas em que, simultaneamente, vamos sentindo os movimentos presos por conluíus corporativos e consensos pragmáticos, quase sempre urdidos e outorgados em silêncio, pressente-se que muitos dos espaços em que os sociólogos actuam – nas autarquias, junto de estabelecimentos de ensino e de formação profissional, em algumas empresas, em projectos de desenvolvimento comunitário, no combate contra a pobreza, na reintegração de toxicodependentes, na reabilitação de habitats degradados... – podem ser o lugar certo para o germinar de pequenas, mas mobilizadoras, utopias.

Seria lamentável que os sociólogos não soubessem captar-lhes o rasto.

### Actividade Formativa 3:

- a) Após a leitura dos materiais recomendados para o capítulo elabore um resumo com as principais ideias e conceitos referidos pelos vários autores. Identifique os principais contributos úteis da sociologia para a sociedade.
- b) Leia o seguinte extracto do texto de Luísa Schmidt.



- 1) Identifique o objecto de estudo apresentado.
- 2) Refira de que modo um estudo com estas características pode influenciar a agenda política.

### 3. Igualdade e desigualdade: as dimensões educativas e culturais

Material de estudo

- pp. 65-80 do livro adoptado

Texto 5 - BENAVENTE, A., MENDES, H. & SCHIMIDT, L. (1997). Direitos dos Cidadãos em Portugal: Conhecimentos e Opiniões. *Sociologia, Problemas e Práticas*:71-114. disponível on-line -

Conceitos prévios: Igualdade e desigualdade, Educação democrática, Direitos de cidadania, Agenda educativa

Objectivos de aprendizagem:

- Identificar as principais dimensões do fenómeno social de igualdade e desigualdade
- Explicitar como o sistema educativo se transforma em reprodutor e legitimador das desigualdades
- Enunciar os principais trajectos a percorrer para realizar uma educação democrática para a cidadania

A constituição democrática prevê a igualdade de todos aos direitos de cidadania mas as desigualdades subsistem a vários níveis, desde as de género, étnicas, etc. O avanço legislativo em termos de publicação de direitos de cidadania não são acompanhados pelo acesso efectivo de todos a esses direitos (ler texto 5).

Sabendo que as igualdades / desigualdades de oportunidades são uma realidade facilmente observável na sociedade portuguesa, não havendo espaço nesta unidade curricular para uma abordagem muito alargada.

Sendo a escolaridade considerada como um dos principais aspectos que permitem uma maior mobilidade social e uma das principais dimensões de participação cívica efectiva, neste ponto do programa centramo-nos na discussão sobre o contributo da educação para esbater as desigualdades sociais.

Contudo, não se trata de uma perspectiva linear. Por um lado, o incremento da educação pode conduzir a um aumento de desenvolvimento económico e social, por outro lado, outras perspectivas existem que contrapõem que o sistema educativo pode ser reprodutor e legitimador de desigualdades sociais.

Para Silva, o autor do manual, a relação entre educação e democracia é complexa. Propõe quatro temas fundamentais para uma agenda educativa: a democratização do processo educativo, o papel do Estado e do mercado nesta dinâmica, o benefício da estruturação em rede e, finalmente, o estímulo da produtividade e competitividade através do enraizamento da cultura científica no quotidiano dos cidadãos. Sublinha a importância de reduzir as desigualdades pela afirmação da identidade e da diferença.

Actividade Formativa 3:

- a) Após a leitura dos materiais recomendados para este capítulo elabore um resumo com as principais ideias e conceitos referidos.
- b) Leia o texto de Luís Capucha. Pobreza, exclusão social e modernidades. in Viegas, José Manuel e António Firmino da Costa (orgs.) (1998). *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta. Pp. 209-242
  - 1) Identifique o objecto em análise.
  - 2) Indique os enquadramentos sociológicos realizados para esclarecer e definir o objecto em análise.
  - 3) Especifique como foi realizada a articulação entre os conhecimentos teóricos e a perspectiva da acção social.
  - 4) Aponte as propostas apresentadas para diminuir as desigualdades sociais motivadas por situações de pobreza ou de exclusão social.

#### 4. Acesso e sucesso: factos e debates na democratização da educação em Portugal

Material de estudo:

- 81-101 do livro adoptado

As várias estatísticas disponíveis sobre a educação em Portugal confirmam o aumento generalizado do acesso ao sistema educativo. Há vários estudos sobre as questões do sucesso, as competências e saberes, a avaliação, os currículos e a diferenciação pedagógica.

Silva, apresenta uma síntese dos desenvolvimentos políticos e doutrinários que orientaram a política educativa. Sublinha a necessidade de mais investigação sociológica empírica em torno do debate entre a escola massificada, democrática, inclusiva e por outro lado, a necessidade de esforço, exigência e mérito dos processos de aprendizagem e avaliação.

Conceitos prévios: democratização educativa, políticas educativas, sucesso/insucesso educativo

Objectivos de aprendizagem:

- Identificar as principais competências e saberes para o sucesso educativo
- Discutir o papel da sociologia para o acesso e sucesso na educação
- Elencar as principais etapas evolutivas na democratização da educação em Portugal

### **Actividade Formativa 5.**

- a) Elabore um resumo com as principais ideias e conceitos referidos neste capítulo. Faça um pequeno texto em que sintetize os principais traços da evolução do sistema de ensino em Portugal e suas consequências.
- b) Consulte o artigo de João Sebastião, Os dilemas da escolaridade, diversidade e inovação, in Viegas & Costa (orgs.) *Portugal, que modernidade?*. Oeiras. Celta. pp. 311-327
  - 1) Clarifique como se desenvolveu o papel actualmente atribuído à escola e à escolaridade universal.
  - 2) Identifique os indicadores que mostram as dificuldades em cumprir a utopia da sociedade moderna de universalização do ensino.
  - 3) Caracterize os principais bloqueios do sistema educativo em Portugal apontados pelo autor.

## **5. Sociedade civil, democracia local e desenvolvimento**

Material de estudo:

- pp.103-123 do livro adoptado

As ciências sociais podem e devem servir para suscitar a compreensão mas também para suscitar a discussão. Nesse sentido, podem envolver-se nas dinâmicas socio-políticas do desenvolvimento local. Existe todo um conjunto de capital de experiência acumulado, a partir de projectos de desenvolvimento comunitário, a partir da sociedade civil, sendo possível uma tipologia de actores intervenientes em articulação processual complexa. Associando os actores constituídos pelo “local”, “comunidade” e “identidade”, é possível entender a pluralidade dos actores, a diversidade das suas orientações de acção e a complexidade dos seus jogos estratégicos.

Conceitos prévios: Desenvolvimento comunitário, capital (no sentido de Pierre Bourdieu, actores locais, comunidade local, sociedade civil, identidade

Objectivos de aprendizagem:

- Identificar a importância de considerar a natureza multifacetada do relacionamento entre populações, actores sociais e instituições políticas em projectos de desenvolvimento comunitário
- Compreender a importância de articulação entre as necessidades, as representações, os projectos e os recursos sociais.
- Saber caracterizar os papéis de os actores sociais intervenientes nos projectos.
- Identificar a importância entre o local e o global na intervenção territorial
- Relacionar comunidade local e sociedade civil

Actividade Formativa 6:

- a) Elabore um resumo com as principais ideias e conceitos referidos.
- b) Pesquise o conceito de ‘capital social’ de Pierre Bourdieu. Elabore uma pequena síntese sobre o tema.
- c) Para aprofundar o estudo leia a introdução do livro de António Firmino da Costa. *A sociedade de Bairro*, 1999. Oeiras. Celta
  - 1) Identifique o objecto sociológico de estudo
  - 2) Sintetize os principais obstáculos teóricos com que o autor se debateu durante a realização do estudo.

- 3) Identifique as estratégias de investigação adoptadas.
- 4) Refira a articulação entre a realização da investigação sociológica e as consequências dinâmicas no território urbano estudado.
- 5) O autor faz uma articulação entre identidade cultural e acção colectiva. Justifique a pertinência desta opção.

## 6. A mudança social em Portugal vista pela sociologia portuguesa

Material de estudo:

- pp. 127-141 do livro adoptado
- Texto 6 - Boaventura de Sousa Santos (2002). *Uma sociedade em busca de medida*.

Revista Visão

- Texto 7 - António Barreto (1995). Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. *Análise social*, XXX (134):841-855. Disponível em formato digital:  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223388784X1kPT5fa3Yr88TD2.pdf>

Neste ponto do programa pretende-se dar conta das transformações sociais ocorridas em Portugal desde a década de 60 e a forma como têm sido estudadas pela sociologia portuguesa.

Para o conjunto de autores que sugerimos ler, a mudança foi tardia relativamente aos países europeus mas rápida, intensa e alargada. Portugal assistiu a uma grande mudança sob o ponto de vista demográfico, produtivo, na composição da sua estrutura social e nos estilos de vida. No entanto, as condições, os ritmos e os resultados desta mudança conduziram a uma situação social portuguesa a uma condição de singularidade, destacando-se em diversos níveis: no modelo de criação e funcionamento do Estado-providência, no posicionamento face aos movimentos migratórios, entre sociedade de emigração e de acolhimento, na organização familiar e no papel das mulheres na sociedade.

A investigação sociológica portuguesa tem sabido corresponder aos desafios analíticos postos pela sociedade portuguesa, no que se refere aos desafios colocados pela sua singularidade na intensidade da transformação. A singularidade da sociedade, assim transformada, possibilitou o desenvolvimento da sociologia direccionada para essa

singularidade que se reflectiu na abertura interdisciplinar e interparadigmática muito reflexiva e sem medo de inovar.

Conceitos prévios: Mudança social, evolução social, perspectivas sociológicas, investigação sociológica

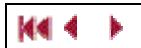
Objectivos de aprendizagem:

- Identificar as principais transformações sociais verificadas na sociedade portuguesa
- Referenciar os principais estudos portugueses realizados sobre a mudança social
- Elencar as tendências gerais da sociedade portuguesa e as diferentes dimensões de transformação social em extensão e em intensividade.
- Delinear os contornos complexos da transformação da sociedade portuguesa.
- Como se processa a relação entre tradição e modernidade na sociedade portuguesa.
- Identificar os factores que permitem considerar a situação da sociedade portuguesa singular.
- Referir de que modo a sociologia tem capitalizado com a análise da sociedade portuguesa.

Para além do capítulo do manual deve ler o texto 6 e o texto 7. Boaventura de Sousa Santos e António Barreto são sociólogos que se têm dedicado a desenvolver análise profundas sobre a sociedade portuguesa.

## Uma Sociedade em Busca de Medida

Publicado na *Visão* em 7 de Março de 2002



As sociedades são teias complexas de vasos comunicantes onde tudo tem relação com tudo. As infinitas e tantas vezes caóticas interações entre as diferentes dinâmicas, ritmos, impulsos e resistências nos múltiplos campos sociais vão definindo relações e articulações entre si que, ao estabilizarem-se, conferem uma lógica - uma medida - à sociedade no seu conjunto. É essa medida que nos permite falar de sociedades desenvolvidas, dinâmicas ou progressistas ou, pelo contrário, de sociedades subdesenvolvidas, estagnadas ou conservadoras. Em todos estes tipos de sociedade há movimentos e mudanças. O que varia é o ritmo e a direcção. Enquanto nalgumas todos os movimentos convergem com alguma coerência em redor de um padrão, noutras há movimentos e contra-movimentos que se neutralizam mutuamente, mudanças aceleradas ao lado de resistências fortes à mudança.

A nossa sociedade não se encaixa bem em nenhuma das tipologias convencionais. É por isso que a temos designado como sociedade de desenvolvimento intermédio. Mas, nas condições actuais, esta caracterização é menos a afirmação de uma medida do que o convite à busca de uma medida que nos escapa. A razão desta perplexidade reside no facto de a sociedade ter passado nos últimos vinte e sete anos por vários processos acelerados e turbulentos de transformação social que tiveram impactos intensos, selectivos e contraditórios em diferentes campos da vida social e que até agora não se sedimentaram numa nova medida, ou seja, numa nova imagem coerente da sociedade em que os portugueses se revejam de maneira consensual. Esses processos foram quase todos de ruptura, da revolução dos cravos à descolonização, da transição para o socialismo à transição para a democracia, da intervenção do Fundo Monetário Internacional à integração na União Europeia. Por terem sido processos de ruptura e por essas rupturas terem ido em sentidos políticos distintos, criaram expectativas que muitas vezes não se cumpriram e puseram em movimento transformações que foram frequentemente bloqueadas. Assim, as rupturas acabaram por conviver subrepticamente com continuidades, algumas longas de séculos. Consoante o olhar e a perspectiva, a sociedade portuguesa pôde ser credivelmente vista como uma sociedade ávida de mudança ou, pelo contrário, como uma sociedade resistente à mudança, como uma sociedade em movimento vertiginoso ou, pelo contrário, como uma sociedade parada à beira de uma vertigem.

Estes jogos de imagens contraditórias, de rupturas e de continuidades têm ressonâncias insondáveis nos comportamentos dos indivíduos, dos grupos sociais e das instituições. Os comportamentos ora são comandados pelo conforto e a segurança da rotina, das raízes, da identidade, ora são comandados pelo desejo de afirmação e de aventura vislumbráveis numa fuga para a frente ou num salto no escuro. As mesmas pessoas ou as mesmas instituições podem oferecer-se a pulsões contraditórias em momentos diferentes ou em diferentes áreas da actividade social. Por isso, em todo o português que viveu intensamente estas últimas décadas há sempre um reformista na sombra do conservador e há sempre um conservador na sombra do reformista. Não há que esperar coerência entre padrões de comportamentos contraditórios, nem é de presumir que os mesmos tipos de comportamentos decorram das mesmas motivações ou de motivações igualmente profundas. O que pode aparecer como uma opção pode não ser mais que o produto do medo de não perder o comboio ou do

desespero de se adaptar a uma nova situação considerada ameaçadora. Nestas condições, é tão fácil manipular as emoções dos portugueses como é difícil esperar deles lealdades profundas. Enquanto não houver medida tudo aquilo que mede desmede e a desmedida, por reiterada, pode passar por medida. Somos uma sociedade fractal, feita de infinitas indeterminações por onde circula uma insuspeitada rigidez.

É contra este pano de fundo que devem ser analisados os dados estatísticos sobre a sociedade portuguesa. Na sua nudez agregadora eles não dizem respeito a cada um de nós individualmente. Em 1997, nenhum homem teve a primeira relação sexual aos 17,4 anos com uma mulher de 20,6 anos, também ela a viver a sua primeira relação sexual. Por isso, não admira que perante os dados tenhamos por vezes a sensação de estarem a falar doutra sociedade que não a nossa e de outras pessoas que não nós. Mas, por outro lado, a surpresa que, por vezes, eles nos suscitam na primeira leitura é gradualmente substituída pela ideia de que exprimem afinal a turbulência por que passou a nossa sociedade nos últimos anos e o modo como nós fomos gerindo essa turbulência individualmente e nas nossas relações com os outros. E nessa medida são merecedores de reflexão. Apenas para dar um exemplo, em que medida essa turbulência individual e colectiva se exprime no brutal aumento do consumo de antidepressivos? Fomos sujeitos a pressões novas e intensas para que não estávamos preparados? A sociedade exigiu de nós novos e desafiantes desempenhos sem nos oferecer as condições mínimas para os cumprirmos sem nos destruímos e às nossas relações com os que nos estão próximos? Entrámos numa competição absurda em que competimos mais com nós próprios do que com os outros?

O que um medicamento pode dizer de nós depende muito do significado que atribuímos ao conjunto mais vasto de dados que nos são revelados. Começamos pelo mais básico, a população. Nas últimas três décadas a estrutura da nossa população sofreu transformações profundas. Fomos durante séculos um país de emigrantes e as nossas identidades colectivas devem muito ao imaginário e à experiência de outras paragens, às distâncias e estranhezas com que fomos construindo as proximidades e as intimidades que nos servem de raiz. No espaço de poucos anos, diminuiu drasticamente a emigração, sobretudo permanente, e passámos a importar imigrantes, primeiro africanos e brasileiros e, na última década, europeus de leste. Tornámo-nos numa placa giratória que importa e exporta migrantes, que serve de ponto de passagem aos que buscam, a partir de nós, paragens mais acolhedoras. Habitados a ver os nossos conterrâneos a servir nos restaurantes da Europa, vimo-nos, de repente, a ser servidos, em restaurantes portugueses, por croatas, ucranianos ou moçambicanos. E as novas caras, as novas línguas, as novas características fenotípicas não emergem apenas nos grandes centros urbanos. Penetram no âmago da nossa territorialidade, nas nossas aldeias e vilas.

Nas últimas décadas, a sociedade portuguesa absorveu dois importantes fluxos populacionais. Em meados da década de setenta foram os retornados das ex-colónias, mais de 500.000 em poucos meses; na última década foi a intensificação brusca da imigração. O primeiro fluxo permitiu que a sociedade portuguesa mostrasse a sua extraordinária capacidade de integração: uma enorme massa populacional espalhou-se pelo tecido social sem grandes convulsões e sem que servisse de matéria prima para a emergência de um partido de extrema direita. O segundo fluxo está em aberto e é ainda mais complexo porque são mais variadas as culturas e as línguas, porque são mais precárias as condições de fixação, porque há condicionantes europeias e, sobretudo, porque a sociedade portuguesa já não é a mesma da de meados da década de setenta. Somos hoje uma sociedade multicultural, mas quantos de nós se sentirão multiculturais ou, sequer, confortáveis com a

ideia de multiculturalismo? Nós, que fomos durante décadas vítimas do racismo e da xenofobia, interiorizámos os valores da tolerância e do cosmopolitismo com que então nos defendemos ou, pelo contrário, aprendemos com quem nos humilhou a humilhar quem de nós precisa?

Qualquer destes dois fluxos de pessoas contribuiu para aumentar a nossa população, neutralizando a quebra da natalidade, a outra transformação profunda e rápida da estrutura da nossa população, juntamente com o envelhecimento da população, decorrente dessa quebra e também do aumento da esperança de vida. Em 1970, a fecundidade era em Portugal de 3,0 filhos por mulher; na década de noventa, era de cerca de 1,5 filhos. Foi uma das transições demográficas mais rápidas nas sociedades contemporâneas. Muitos factores contribuíram para ela: o 25 de Abril e a libertação dos homens e das mulheres em relação à ditadura reprodutiva da Igreja Católica; o acesso a contraceptivos; a alteração do estatuto social e económico das mulheres com a sua rápida e intensa inserção no mercado de trabalho; o decréscimo da mortalidade infantil; uma nova maneira de encarar a criação e a educação dos filhos, mais exigente e mais cara de levar à prática. No Inquérito do INE à Fecundidade e à Família de 1997 "a crise económica e o desemprego" era apontado por 80,4% dos inquiridos como o principal motivo da quebra da fecundidade, enquanto "os encargos financeiros de educar uma criança" eram apontados por 74,8%. No mesmo inquérito, 59,2% dos inquiridos considerava dois o número de filhos desejados.

Estas transformações tiveram repercussões significativas na família e na conjugalidade. A maior escolarização das mulheres e a sua intensa participação no mercado de trabalho adiou a idade do casamento e a idade do primeiro filho. Por sua vez, as relações familiares tornaram-se mais flexíveis, com a diminuição do casamento e o aumento das uniões de facto e do divórcio. As famílias tornaram-se mais pequenas e aumentou o número de indivíduos a viver sozinhos bem como o número das famílias monoparentais. Todas estas mudanças foram simultaneamente causas e consequências do défice de vasos comunicantes, de mecanismos compensatórios que atenuassem o stress das transformações ou permitissem que elas ocorressem mais lentamente. Os mecanismos compensatórios que faltaram foram, por exemplo, uma política feminista nos mercados de trabalho, as infra-estruturas de apoio à família em boas condições e a baixo custo (creches, jardins de infância, lares, serviços de proximidade), valores adequados das prestações familiares, o apoio eficaz à multiplicação de dependentes decorrente do envelhecimento da população.

O que melhor caracteriza a sociedade portuguesa neste momento é o facto de todas estas mudanças terem ocorrido de par com permanências e resistências à mudança igualmente importantes. A desmedida da sociedade portuguesa reside precisamente na intensidade das contradições e no enfraquecimento das mediações entre elas. Nela reside, por exemplo, a relação profunda entre o aumento do consumo de antidepressivos e a manutenção do elevado número de abortos clandestinos. Como nenhuma mulher aborta por gosto, o aborto é uma solução para a mulher que não tem outra solução. O aborto clandestino é algo muito distinto. É a assumpção de um alto risco físico e de uma ilegalidade só concebível à beira do abismo da autodestruição, o mesmo lugar onde se tomam os antidepressivos. Aqui reside a desmedida da contradição: como é possível que a sociedade que tanto se modernizou nas últimas décadas, que abriu às mulheres tantos espaços que antes lhes estavam vedados, que permitiu as uniões de facto e as uniões unisexuais, que produziu uma legislação progressista contra a toxicodependência, caia desarmada nas mãos de uma Igreja Católica ultramontana que manipula um primeiro ministro socialista e beato (ser católico é algo mais respeitável) para dar um golpe na vontade democrática do povo? Estamos a falar da mesma

sociedade ou de duas sociedades que convivem em regime de *apartheid*?

Mas as permanências e resistências à mudança não são todas negativas. Pelo contrário, muitas delas são responsáveis por que a desmedida não tenha redundado em caos ou em perda irreversível de coesão social. Uma delas é o que temos designado por sociedade-providência. Trata-se das redes de entreajuda, baseadas em laços de parentesco ou de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil, antes solidária ou de reciprocidade. Com mais rigor talvez devêssemos falar de mulheres-providência em vez de sociedade-providência, já que são as mulheres quem suporta os encargos e as prestações de que é feita a sociedade-providência. Entre muitas outras vertentes, a sociedade-providência é ainda hoje forte nas relações entre pais e filhos. Por quanto tempo o será é uma questão em aberto. Neste domínio, a sociedade-providência funciona ao invés do Estado-providência no âmbito da segurança social pública. Enquanto nesta última são os jovens de hoje que pagam as pensões dos mais velhos de hoje, tal como estes, quando mais novos, pagaram as pensões dos mais velhos de então, na sociedade-providência são os mais velhos de hoje a contribuir para o bem estar dos mais novos de hoje. Assim, os casais jovens continuam muitas vezes a beneficiar da solidariedade dos pais, apesar de a residência já não ser comum, na guarda das crianças, nas refeições conjuntas, nas relações de sociabilidade e lazer.

Essas prestações solidárias explicam em parte o acesso dos mais jovens aos bens de consumo mais caros, como carros e equipamentos domésticos, e mesmo o acesso à casa própria. Neste último caso, a ajuda dos pais é muitas vezes fulcral, quer no caso da auto-construção (sobretudo através da doação de terrenos), quer no pagamento da "entrada" para aquisição do apartamento ou na facilitação do acesso ao crédito. Onde termina a sociedade-providência, começa o sobretrabalho (o recurso a trabalhos suplementares para reforçar o orçamento doméstico) e o endividamento que, como é sabido, tem aumentado drasticamente nos últimos anos. A resistência da sociedade-providência é fonte de perplexidade, tanto para portugueses, como para os estrangeiros interessados em conhecer a nossa sociedade. Será um resíduo pré-moderno? Será o modo específico de Portugal se inserir sem grandes traumas num processo acelerado e contraditório de modernização? Será o modo pós-moderno de quem não teve tempo de amadurecer no individualismo da modernidade? Em qualquer dos casos, a sociedade-providência não substitui o Estado-providência. Sem ela, no entanto, o fraco Estado-providência que temos teria muito menos condições para disfarçar a sua fraqueza.

Perante a turbulência das rupturas e das continuidades, os portugueses estão divididos entre a vontade de navegar e a vontade de ancorar. Navegar significa viajar para onde o quotidiano não dói. Ancorar significa ter a certeza da segurança contra as tempestades do risco. Uma e outra vontades apelam para tipos de sociedade em que nós, portugueses, ainda hoje apenas vivemos parcialmente. A vontade de navegar apela à sociedade de consumo, sobretudo dos consumos culturais. A vontade de ancorar apela à sociedade dos direitos. Quanto à vontade de navegar, é evidente a tendência para o crescimento dos consumos culturais e das práticas de lazer dos portugueses, muito associada ao crescimento das classes médias urbanas, ao aumento dos níveis médios de escolarização e à intensificação destas práticas entre as camadas juvenis. É manifesto, ao longo dos últimos trinta anos, o domínio esmagador das práticas culturais realizadas na esfera doméstica e, portanto, a sua prevalência relativamente às que se dirigem para o espaço público. Entre as práticas domésticas, destaca-se claramente a televisão que é, a uma distância muito grande de todas as outras, a actividade cultural que maiores taxas de consumo revela. A televisão apresenta-se, de resto, como o

produto cultural de consumo socialmente mais transversal. O peso esmagador que os consumos televisivos ocupam nos consumos culturais dos portugueses enuncia um traço importante da cultura de massas no nosso país. É que embora, do lado da oferta, seja visível a expansão crescente de outras expressões da cultura de massas (cinema, imprensa, livro, música), a verdade é que elas são hoje muito pouco massificadas entre nós. Do lado dos consumos, só a televisão parece constituir-se como um campo de inequívoca afirmação da cultura de massas em Portugal.

O que estes dados sobre os consumos culturais não revelam é a diferenciação social no acesso à cultura. Navegar para longe do quotidiano penoso continua a ser entre nós um privilégio de alguns. O nível de instrução, a condição sócio-profissional, a idade e a residência (urbana ou rural) continuam a ser factores muito diferenciadores no acesso à cultura.

Para além disto, os dados apresentam ainda alguns pormenores que vale a pena reter: a crise do teatro, bem manifesta na queda continuada da frequência; a quebra do cinema até meados da década de noventa, ajudada pela concorrência do vídeo e televisão, e a recuperação a partir de então, muito auxiliada pelo incremento dos consumos juvenis e pelo surgimento das salas multiplex em espaços comerciais, onde a dimensão convival e lúdica parece ser um factor crucial para impulsionar a apetência pela cultura; a tendência ténue, mas visível, para o aumento dos hábitos de leitura, que não deve ser desvinculada da intensificação da aposta governamental, sobretudo no último governo, na expansão da rede nacional de bibliotecas; a alteração no mercado editorial, com aumento dos títulos editados (e portanto com diversificação da oferta), mas redução das tiragens, atestando as limitações do mercado nacional; os baixos níveis de leitura de jornais, que não deve iludir no entanto a recente expansão do mercado das revistas (temáticas e orientadas para públicos segmentados).

Em mais uma manifestação de como a sociedade portuguesa se furta a ser lida de modo simplista pelos dados quantitativos que dela se extraem, é importante ter em conta que os dados relativos ao número de horas despendido em diversos tipos de actividades (inquérito aos usos do tempo) não ilustram cabalmente a importância que as práticas de lazer com maior componente de sociabilidade e convivalidade desempenham nos hábitos dos portugueses. Na verdade, se é certo que, de modo geral, as chamadas "saídas culturais" têm uma baixa expressão entre os portugueses, quando comparadas com os consumos culturais domésticos, uma excepção deve ser aberta para as práticas de saída de cariz mais convival, que revelam em geral forte expressão entre nós: saídas em família ou com amigos para passeio (nos parques, praia, centros comerciais, centros das cidades), para restaurantes, visitas entre amigos e familiares. Esta dimensão, se é certo que de um certo ponto de vista pode reflectir um prolongamento do espaço doméstico fora da casa (muitas vezes para outras casas), enuncia também uma propensão para o uso do espaço público que os indicadores relativos às formas culturais mais convencionais parecem negar. E não será esta mais uma dimensão - a dimensão expressiva - da sociedade-providência?

Os portugueses navegam, pois, como podem e à sua maneira. Não navegam à toa e é bem evidente a vontade de ancorar. E a vontade de ancorar significa consumir ou divertir-se sem o espectro do desemprego ou da desvalorização da pensão de reforma, sem o risco de ocorrência de despesas incontroláveis na educação dos filhos, na manutenção da saúde da família, sem o medo de ser vítima de fraudes imobiliárias ou outras, de crimes, acidentes ou ilegalidades sem receber indemnizações devidas. Estas âncoras pressupõem nas

sociedades modernas a vigência ampla e eficaz de uma sociedade de direitos. Aqui reside uma das desmedidas mais inquietantes da sociedade portuguesa. Trata-se da discrepância, particularmente elevada no contexto europeu, entre a declaração formal dos direitos cívicos, políticos, económicos, sociais e culturais e a sua efectiva aplicação. Esta discrepância tem múltiplas causas: a continuidade de uma cultura autoritária e de submissão que não tem deixado desenvolver uma cultura democrática, de cidadania activa, reivindicativa dos seus direitos; a debilidade dos movimentos sociais que vulnerabiliza o acesso aos direitos por parte daqueles que mais necessitam deles; a presença de fortes grupos de pressão que privatizam o Estado e transformam em pseudo-direitos os privilégios que obtêm no negócio de pilhar os bens públicos; uma justiça morosa, ineficaz, corporativa, ainda dominada por uma cultura laxista que deixa impune desempenhos deficientes.

A continuar, esta discrepância chocante entre o país oficial dos direitos e o país real da denegação impune dos direitos vai tirar aos portugueses a âncora das expectativas fundadas e, com o tempo, pode mesmo aniquilar-lhes a vontade de ancorar. E como sem âncora não se navega, a sociedade portuguesa poderá ficar bloqueada no cais de embarque, atulhada de equipamentos para viagens vertiginosas mas, em verdade, apenas vertiginosamente parada. Para que tal não aconteça, os portugueses terão de saber que na Europa de que fazem parte os direitos de cidadania não foram historicamente uma concessão desinteressada das classes dominantes ou das elites políticas. Foram antes uma conquista difícil, resultado de lutas sociais frequentemente consideradas, no seu início, criminosas ou utópicas. A vontade da viagem tem de se manter intacta e forte para que não desistamos facilmente da vontade de ter âncora.

O/a estudante deve ler também o texto 7 de António Barreto “Portugal na periferia do centro: mudança social. 1960 a 1995” disponível na página da Revista Análise Social.

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223388784X1kPT5fa3Yr88TD2.pdf>

Actividade Formativa 7:

- a) Elabore um resumo com as principais ideias e conceitos referidos. Caracterize a sociedade portuguesa.
- b) Leia o texto de Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa (1998). Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade

---

social. In Viegas e Costa (orgs.) Portugal, que modernidade? Oeiras. Celta. Pp. 17-44

- 1) Identifique o tema tratado no texto e os indicadores usados para o respectivo enquadramento teórico.
- 2) De que modo os autores justificam a possibilidade de mobilidade social.

## 7. Recomendações Gerais para preparação do exame final

- A avaliação é constituída por um exame final presencial que incide sobre os conteúdos programáticos apresentados.
- A estrutura do exame é constituída por questões de resposta curta e de resposta longa. Não tem questões de resposta múltipla.
- Espera-se o desenvolvimento de um trabalho autónomo que se reflecta no aprofundamento das análises com sentido espírito crítico e argumentativo, rigor conceptual e respostas originais que reflectam um trabalho em profundidade.
- Para se treinar sobre a aquisição dos conteúdos resolva os testes formativos disponíveis que tem vários tipos de questões para preparar o (a) estudante para responder a solicitações diversas.
- Espera-se que no final desta unidade curricular o(a) aluno(a) saiba discutir e mobilizar argumentos de carácter sociológico, sobretudo no que se refere à sociedade portuguesa, tendo sempre presente a teia de relações entre o conhecer e o agir.

## 8. Contactos:

Olga Magano - Universidade Aberta – Delegação Porto e-mail: [omagano@univ-ab.pt](mailto:omagano@univ-ab.pt)

Telefone – Geral 228346760 – Directo 228346790

### Horário de atendimento

Segunda-feira: 12.30-17.30

Terça-feira: 9.30– 13.30

Desejo um excelente trabalho de despertar o gosto pela sociologia.

15 Julho de 2009